



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

EDITAL**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM RORAIMA - SFA-RR****PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 90004/2026****PROCESSO Nº 21048.000043/2026-66**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, por meio da Superintendência Federal de Agricultura em Roraima, sediado a Av. Santos Dumont, 594, São Pedro, CEP: 69.306-680, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 14/07/2026

Horário: 10h00min (Horário de Brasília).

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Modo de disputa: Aberto e Fechado

Critério de Julgamento: menor preço por grupo**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de higienização, limpeza, conservação e asseio das áreas internas, externas e esquadrias, bem como serviços de roçagem, com fornecimento de mão de obra exclusiva, materiais, produtos, equipamentos de segurança, ferramentas e utensílios necessários à adequada execução dos serviços, sob regime de empreitada global, para atendimento das necessidades do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, no âmbito da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Roraima – SFA/RR, compreendendo as dependências localizadas no município de Boa Vista e os postos das unidades situados nos municípios de Pacaraima e Bonfim, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, composto por 5 (cinco) itens, observadas as especificações técnicas e demais disposições constantes do Termo de Referência.

2. DO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. A presente licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando à contratação de empresa especializada para a prestação continuada dos serviços descritos neste Edital e em seus anexos.

2.2. A contratação decorrente deste certame será formalizada por meio de instrumento contratual, conforme previsto na legislação vigente e nas disposições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

2.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite previsto na legislação aplicável, desde que demonstrada a vantagem para a Administração e observadas as disposições legais pertinentes.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar desta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- 3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4.2. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 715.815,12 (setecentos e quinze mil oitocentos e quinze reais e doze centavos)**, elaborado na fase preparatória do processo, com base em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, estando compatível com os preços praticados no mercado e servindo como parâmetro para análise da aceitabilidade das propostas.

5. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, quando aplicável.

5.2. A presente licitação não será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que o valor estimado da contratação supera o limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.3. Não haverá restrição à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo assegurada sua participação em igualdade de condições com as demais licitantes, observadas as regras de preferência, desempate ficto, regularização fiscal tardia e demais benefícios previstos na legislação vigente.

5.4. A Administração adotará as medidas necessárias para resguardar a execução contratual, inclusive mediante exigência de qualificação técnica e econômico-financeira compatíveis com o objeto, aplicáveis a todos os licitantes, independentemente do porte da empresa.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior (6.2), simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1 e 9.11 deste Edital.

6.4. No momento do cadastramento da proposta, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, que está ciente e concorda com todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, bem como que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas, assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta, além dessas informações, o **licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

6.4.1. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.4.2. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. A ordem de classificação das propostas somente será definida após a abertura da sessão pública e a conclusão da fase de envio de lances, não havendo classificação na etapa de apresentação das propostas e dos documentos de habilitação pelos licitantes.

6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário ou desconto conforme o caso e anual total do item;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto lícitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL POR POSTO DE TRABALHO, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e na planilha de custos estimados.

8.5. Os valores estarão sujeitos a reajuste e repactuação, nos termos dos arts. 134 e 135 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- 8.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.
- 8.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.13.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 8.13.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 8.13.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 8.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 8.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 8.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 8.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 8.20.2.2. empresas brasileiras;
- 8.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.20.2.5. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no caput e no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, proceder-se-á a sorteio entre as propostas empatadas, a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, nos termos do §2º do art. 28 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.
- 8.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.22. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
- 8.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.22.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.22.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

- 9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 9.1.1. SICAF;

- 9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.4. Após a verificação das condições de participação e da aplicação do tratamento favorecido, quando cabível, o pregoeiro procederá à análise da proposta classificada em primeiro lugar, quanto à sua conformidade com o objeto licitado e à compatibilidade do preço ofertado em relação ao valor máximo admitido para a contratação, conforme estabelecido neste Edital e em seus anexos, observando-se o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.5. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- 9.5.1. Convenção Coletiva de Trabalho - SIND. DOS TRAB. EM EMP. PREST. DE SERV., LIMPEZA URBANA, ÁREAS VERDES, ASSEIO E CONS. E COLOCACAO DE MAO DE OBRA DE TERCEIROS DO ESTADO DE RORAIMA, CNPJ n. 39.974.352/0001-83, registrada no MTE sob o número RR000011/2026, para definição das regras trabalhistas e cálculo das planilhas de custo e formação de preços.
- 9.5.2. A Convenção Coletiva de Trabalho indicada no subitem anterior foi utilizada pela Administração exclusivamente como parâmetro para a elaboração da estimativa de custos da contratação. Cada licitante deverá elaborar sua proposta considerando o instrumento coletivo de trabalho ao qual esteja efetivamente vinculado, sendo de sua exclusiva responsabilidade eventual erro ou inadequação no enquadramento sindical adotado.
- 9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 9.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 9.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.7. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme IN nº 73/2022.
- 9.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 9.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.9. Ensejam a inexequibilidade da proposta. Conforme o Manual de Boas Práticas do Governo Federal, baseado na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, os cenários com lucros inferiores à 3,90% correspondem a cenários de atenção. Desta feita, a Empresa deve comprovar a exequibilidade dos custos indiretos e Lucro Provisionado, comprovando já ter efetuado serviços de mesma natureza dentro dessa conjuntura. A comprovação deve ser através de contratos firmados e a respectiva planilha de custos e formação de preços.
- 9.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.10.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 9.10.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 9.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 9.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 9.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 9.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 9.11.2. **Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.**
- 9.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 9.13. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:
- 9.13.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- 9.13.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

9.13.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

9.13.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

9.15. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

9.16. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.17. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

9.18. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato administrativo, os documentos exigidos para habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do Decreto nº 8.660/2016 ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10,00 %, (dez virgula zero) por cento, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

10.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

10.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico adm.sfa-rr@agro.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

10.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

10.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

10.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

10.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.14.3. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, admitindo-se apenas diligência para esclarecimento ou complementação de informações dos documentos já apresentados, quando necessária à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, vedada a inclusão de documento ou informação posterior, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 39, § 4º, da IN SEGES nº 73/2022.

10.14.4. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.14.5. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

10.14.6. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

10.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

10.16. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.12.1.

10.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.20. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dias) úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

11.4. Os prazos dos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

11.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11.7. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

12. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato administrativo no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação do licitante vencedor, devidamente justificada e aceita pela Administração.

12.3. Na hipótese de o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.4. O contrato será formalizado por meio de assinatura eletrônica e disponibilizado no sistema eletrônico oficial.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto as circunstâncias agravantes ou atenuantes os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.3. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.
- 14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail adm.sfa-rr@agro.gov.br.
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou adm.sfa-rr@agro.gov.br.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 16.11.2. Anexo II – Estudo Técnico Preliminar
- 16.11.3. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato
- 16.11.4. Anexo XX - Planilha de Custos e Formação de Preços - Modelo

Boa Vista - RR, data da assinatura eletrônica.

Elaborado por:

Francisco Cordeiro de Azevedo
Chefe da Divisão de Aquisição e Logística - DIAL/SFA-RR

Aprovado por:

NAICON RODRIGUES DE ARAÚJO
Superintendente Federal de Agricultura em Roraima - SFA/RR

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 21048.000043/2026-66

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada em serviços continuados de limpeza, conservação, para áreas internas, externas e esquadrias, serviço de capina e jardinagem, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e produtos, equipamentos de segurança, ferramentas e utensílios, com execução mediante regime de empreitada global, a serem executados nas dependências da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Roraima - SFA-RR, município de Boa Vista, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

VALOR REFERENCIAL							
item	Descrição/Especificação	CBO	CATSER	Unidade de medida	Quantidade	Valor máximo mensal	Valor máximo anual
1	Prestação de Serviço - Auxiliar de Limpeza 40h - Boa Vista/RR - CBO 5143-20	5143-20	25194	Posto	6	R\$ 34.553,34	R\$ 414.640,08
2	Prestação de Serviço - Encarregado de Limpeza 40h - Boa Vista/RR - CBO 5143-15	5143-15		Posto	1	R\$ 6.937,30	R\$ 83.247,60
3	Prestação de Serviço - Operador de Roçadeira 40h - Boa Vista/RR - CBO 6220-20	6220-20		Posto	1	R\$ 5.959,66	R\$ 71.515,92
4	Prestação de Serviço - Auxiliar de Limpeza 40h - Pacaraima/RR - CBO 5143-20	5143-20		Posto	1	R\$ 6.100,48	R\$ 73.205,76
5	Prestação de Serviço - Auxiliar de Limpeza 40h - Bonfim/RR - CBO 5143-20	5143-20		Posto	1	R\$ 6.100,48	R\$ 73.205,76
VALOR TOTAL						R\$ 59.651,26	R\$ 715.815,12

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua ausência ocasiona danos a Administração, impedindo que as atividades nela desempenhadas sejam realizadas, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global haja vista que neste modelo o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos contratantes em relação a diferenças de quantitativos são menores

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 10839508000131-0-000002/2025;

Data de publicação no PNCP: 03/09/2024

Id do item no PCA: 113

Classe/Grupo: 853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA

Identificador da Futura Contratação: 158350-21/2025

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

16.12. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos necessários para o atendimento da necessidade

Modalidade de Licitação

A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, haja vista o objeto enquadrar-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021, e por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviços de higienização, limpeza, conservação e asseio nas áreas internas, externas e esquadrias, bem como serviços de roçagem, com fornecimento de mão de obra, materiais, produtos, equipamentos de segurança, ferramentas e utensílios necessários à adequada execução dos serviços, sob regime de empreitada global, a serem executados nas dependências da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Roraima – SFA/RR, no município de Boa Vista, bem como nos postos das unidades localizadas nos municípios de Pacaraima e Bonfim.

A opção pela contratação direta por meio de pregão eletrônico decorre da necessidade de assegurar a continuidade da prestação dos serviços, considerando que o contrato atualmente vigente encontra-se em fase final de vigência, com prazo inferior a 30 dias para encerramento, o que demanda a adoção de procedimento célere para a formalização de novo ajuste contratual.

Ressalta-se, ainda, que a contratação destina-se exclusivamente ao atendimento das necessidades da SFA/RR e de suas unidades administrativas, não havendo previsão de participação de outros órgãos no certame.

Natureza do serviço

A prestação do serviço em pauta caracteriza-se como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Trata-se, ainda, de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, considerando que os profissionais permanecerão à disposição da Administração para execução das atividades contratadas, conforme definido na Instrução Normativa SEGES nº 05/2017.

Ademais, o serviço possui natureza continuada, pois sua ausência ocasiona prejuízos ao funcionamento das atividades administrativas, impedindo a adequada execução das rotinas institucionais. Dessa forma, com fundamento no art. 15 da referida norma, pela sua essencialidade, o serviço visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro.

Regime de execução

Será adotado a Empreitada por Preço Unitário, por se tratar de execução de serviço com fornecimento dos insumos/materiais será sob demanda e os pagamentos corresponderão ao quantitativo efetivamente fornecido.

Habilitação e qualificação técnica

A contratação deverá ser realizada com empresa especializada e com experiência comprovada, por meio de apresentação de atestado de capacidade técnica;

Para fins da comprovação de que trata este item, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

Comprovação que já executou contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, admitido o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado.

Admite-se, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

O atestado de capacidade técnico-operacional deverá referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no Contrato social vigente.

Em virtude dos serviços objeto do contrato contemplar o uso de materiais químicos em volume concentrado, não sendo caracterizados de uso doméstico, nos quais, necessita de diluição para sua utilização, será exigido prova de regularidade do profissional Químico responsável técnico da empresa Contratada, bem como o registro da empresa junto ao Conselho de Química de modo a demonstrar as condições de execução do contrato sem que haja prejuízo aos colaboradores terceirizados, servidores e público geral que utiliza das instalações da Superintendência;

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

De acordo com os itens 4.1 a 4.7 e 10.6 do ANEXO VII-A da IN SEGES 05/2017, será exigido do licitante:

Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006;

Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no ato convocatório e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento;

Declaração, sob as penas da lei, de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Declaração para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa/SLTI nº 2, de 16 de setembro de 2009;

Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Declaração informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato;

A exigência de instalação de escritório no Estado de Roraima justifica-se pela necessidade de atendimento imediato às demandas da Administração, fiscalização presencial, substituição de empregados e solução de ocorrências operacionais, considerando tratar-se de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra, de natureza continuada, cuja execução exige suporte administrativo local.

Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;

Comprovação de profissional Engenheiro Químico ou Químico devidamente registrado no respectivo conselho profissional e que seja o responsável técnico da empresa para realizar as diluições de produtos concentrados de uso industrial, além das orientações de utilização. Justificado pela Lei Federal nº 2.800/1956 que estabelece que empresas ou entidades que explorem serviços nos quais sejam necessárias atividades de química devem provar perante os conselhos que estas atividades são exercidas por profissionais habilitados e registrados.

Além da necessidade de apresentar as declarações citadas nos anexos da IN SEGES 05/2017, o licitante deverá apresentar, também:

Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme Anexo II.

Declaração de Não Parentesco, em atendimento ao art. 7.º do Decreto n.º 7.203, de 4/6/2 Anexo III. 010, conforme iii.

Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato

Declaração de que tem pleno conhecimento de que o quantitativo dos materiais de fornecimento mensal será apenas estimativo e de que o valor mensal a ser pago pela contratante, pelos serviços prestados, não será fixo, conforme Anexo IV.

Nas licitações realizadas na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, as declarações deverão ser apresentadas no momento do cadastramento da proposta, para os demais casos deverão ser apresentados juntamente com as propostas de preços na sessão pública.

Regime de dedicação exclusiva

Trata-se de uma contratação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que, de acordo com a IN SEGES n.º 5/2017:

Os empregados da contratada deverão ficar a disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

A contratada não poderá compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

A contratada deverá possibilitar a fiscalização pela contratante quanto a distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Os serviços poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos itens acima.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. É vedado a utilização, na execução dos serviços, de colaborador que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de julho de 2010.

A contratada deverá apurar se algum de seus colaboradores contratados se enquadrem na vedação em tela, inclusive, sempre que houver alteração com a troca de funcionários.

De acordo com o ANEXO VI-B da IN 05-2017 os serviços devem ser contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação. Contudo, para a presente contratação, o custo com a área de serviço servirá de base para estimarmos o valor mensal do contrato, visto que a contratação com unidade de medida “mês” se mostrou mais prática e acessível para as especificidades desta Instituição.

Conta vinculada

O pagamento pelo Contratante dos valores destinados ao pagamento de férias e um terço constitucional de férias, 13º (décimo terceiro) salários e verbas rescisórias dos trabalhadores da Contratada deverá ser feito em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, conforme previsto na IN SEGES /MPDG nº 005/2017.

A escolha pela conta depósito vinculada se justifica pelo motivo da SFA-RR já possuir Acordo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira e já deter o conhecimento básico acerca da sua operacionalização, o que agiliza e facilita os procedimentos, haja vista o quadro reduzido de servidores e o acúmulo de trabalho.

Fornecimento de materiais, uniformes e EPI's

Além da mão de obra, haverá a necessidade de fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, uniformes e EPI's necessários para a execução das atividades dos postos envolvidos.

Os uniformes deverão ser fornecidos novos e completos, para início do contrato. Os fardamentos devem estar em acordo com as atividades laborais a serem desenvolvidas nos postos de trabalho.

Os EPIs também deverão ser fornecidos em quantidade e periodicidade de acordo com as demandas e serviços executados.

A relação de materiais, ferramentas, equipamentos e uniformes constante no Anexo I possui caráter estimativo, devendo a futura contratada prever, em sua proposta, todos os insumos necessários à plena execução do objeto, ainda que não expressamente listados.

Embora os materiais de higiene pessoal, tais como papel higiênico, sabonete líquido e papel toalha, não componham, em regra, o núcleo técnico do serviço de limpeza e conservação, sua disponibilização é indispensável para o regular funcionamento das atividades administrativas do órgão. Tais insumos são essenciais para assegurar condições mínimas de higiene, saúde e bem-estar aos servidores, colaboradores e usuários, em conformidade com as normas de saúde ocupacional e sanitária vigentes.

A não disponibilização desses materiais implica riscos relevantes à Administração, tais como comprometimento do ambiente laboral, aumento da exposição a agravos à saúde coletiva, elevação do absenteísmo e impactos negativos à eficiência administrativa, além de afronta aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e da dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, ainda que tais materiais não integrem diretamente o escopo técnico do serviço de limpeza e conservação, configuram-se como insumos indispensáveis ao apoio administrativo, sendo tecnicamente justificável sua inclusão na contratação, com vistas à mitigação de riscos operacionais e à garantia do adequado funcionamento das atividades institucionais.

Adicionalmente, a opção pela agregação dos materiais de higiene à composição dos custos do serviço mostra-se a solução mais adequada sob o aspecto técnico e operacional, uma vez que o fracionamento da contratação aumentaria significativamente o risco de descontinuidade no fornecimento, podendo ocasionar inexecução parcial ou total dos serviços, o que se revela incompatível com a natureza essencial das atividades desempenhadas pela Superintendência.

A contratada deverá arcar com os custos dos itens não previstos em sua proposta, mas que forem essenciais para a execução das atividades.

A periodicidade da entrega dos materiais, ferramentas, equipamentos e uniformes foi calculada sobre produtos fabricados com materiais de primeira linha, de alta durabilidade. Na ocorrência dos mesmos apresentarem-se impróprios ao uso, deverão ser substituídos, sem ônus para a Administração.

Os materiais, equipamentos e ferramentas serão inseridos na Planilha de custos e formação de preços da mão de obra de todos os postos e o cálculo dos custos tomará por base o valor dos mesmos, sua vida útil e valor residual.

Esta administração considerará a porcentagem de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) para cálculo da manutenção dos equipamentos e a seguinte fórmula para cálculo do valor da depreciação: “[valor total do equipamento x (1,00 - valor residual)] / (12 x tempo de vida útil)”;

Para definição do prazo de vida útil e taxa anual de depreciação foi considerado o prazo de 60 (sessenta) meses, tendo em vista este ser o prazo máximo de vigência que um contrato da administração pública pode atingir.

Para os uniformes e EPI's, o valor a ser considerado será o total dos itens, dividido por 12 meses, e o resultado, dividido pelo número de postos, constará na planilha de custos e formação de preços da mão de obra.

Ao final da vigência contratual será realizado um levantamento dos insumos da relação de materiais anual que não foram fornecidos pela contratada, porém pagos em sua totalidade pela contratante, para que possa ser feita a devida glosa no último faturamento.

Os quantitativos de equipamentos, ferramentas e demais materiais, são meramente estimativos e, no caso dos materiais de fornecimento mensal, serão faturados por medição, ou seja, será efetuado o pagamento conforme a quantidade efetivamente entregue no mês, após conferência pela FISCALIZAÇÃO.

O preço do metro quadrado da área a ser limpa poderá sofrer alterações ao longo dos meses, visto que os materiais de fornecimento mensal serão cobrados de acordo com a necessidade da Instituição, ou seja, nos meses em que forem solicitados menos materiais, o preço do metro quadrado será menor, visto que a contratada teve um menor custo para com a aquisição dos materiais.

Transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

Não se aplica ao serviço pleiteado, tendo em vista tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária transferências de conhecimentos entre elas, após finalização do contrato.

Duração inicial do contrato

A contratação inicial terá duração de 12 (doze) meses, período padrão para análise da qualidade dos serviços prestados e posterior decisão sobre possíveis prorrogações de acordo com a conveniência, oportunidade e vantajosidade da contratação, podendo ser prorrogada por até 10 (dez) anos, conforme art. 107 da Lei 14.133/2021.

Crítérios e práticas de sustentabilidade

Em observância à Instrução Normativa MPOG nº 01/2010, ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (7ª edição, outubro de 2024), à Lei nº 12.305/2010 e à Instrução Normativa nº 5/2017 SEGES/MPDG, a empresa contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, observando, no que couber, as seguintes diretrizes:

I – Otimização do uso de recursos e redução de desperdícios e poluição

- a) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração na fonte geradora e promover a coleta seletiva do papel destinado à reciclagem, encaminhando-os às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, nos termos da legislação vigente;
- b) Acondicionar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis, de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;
- c) Racionalizar a utilização de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, priorizando, sempre que possível, sua substituição por substâncias atóxicas ou de menor toxicidade;
- d) Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que atendam às classificações e especificações estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- e) Adotar medidas para racionalização do consumo de energia elétrica e de água tratada, evitando desperdícios;
- f) Promover programa interno de treinamento de seus empregados, preferencialmente nos primeiros meses de execução contratual, com vistas à redução do consumo de energia elétrica, de água e da geração de resíduos sólidos;
- g) Realizar capacitação periódica dos empregados quanto às boas práticas de sustentabilidade, redução de desperdícios e prevenção da poluição;
- h) Utilizar, sempre que possível, água de reuso ou proveniente de outras fontes alternativas, desde que observadas as normas sanitárias e ambientais aplicáveis;
- i) Observar a legislação ambiental vigente quanto aos níveis de ruído emitidos por equipamentos utilizados na execução dos serviços;
- j) Fornecer aos empregados os equipamentos de proteção individual necessários à execução segura das atividades;
- k) Observar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT relativas ao manejo e destinação de resíduos sólidos;
- l) Adotar procedimentos adequados para descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como:

pilhas e baterias que contenham chumbo, cádmio ou mercúrio, que deverão ser encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes;

lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, que deverão ser separados e acondicionados em recipientes apropriados para destinação ambientalmente adequada;

pneumáticos inservíveis, que deverão ser destinados conforme a legislação ambiental vigente.

II – Outras boas práticas

A contratada deverá adotar boas práticas de sustentabilidade ambiental durante toda a execução contratual, buscando reduzir impactos ambientais decorrentes da prestação dos serviços.

III – Demais exigências

A execução dos serviços deverá observar, ainda, as diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas nos instrumentos normativos aplicáveis às contratações públicas e nas orientações constantes dos Cadernos de Logística da Administração Pública Federal, no que couber ao objeto da contratação.

Jornada de trabalho e Banco de Horas

A jornada de trabalho adotada será de 40 horas semanais.

Para cálculo do número de vales-transportes a serem concedidos aos trabalhadores, serão considerados 21 dias úteis, para um posto de trabalho de 40h, utilizando-se a seguinte fórmula: $[(365 / 7) \times 5 - 9] / 12 = 20,97$ dias, onde:

365 = número de dias no ano

7 = número de dias na semana

- 5 = número de dias de úteis (segunda a sexta)
- 9 = número de feriados nacionais em dias úteis (média)
- 12 = número de meses no ano

Assim, a quantidade de vales-transportes será de 42, mensais.

O horário de trabalho será definido pela administração da SFA-RR, de acordo com a necessidade e horário de funcionamento da Instituição.

Os serviços serão realizados de segunda-feira a sexta-feira.

Horas excedentes deverão ser compensadas, preferencialmente, via Banco de Horas, com compensação dentro de, no máximo, seis meses, conforme Lei nº 13.467/2017, que trata da reforma trabalhista.

Para fins de compensação via Banco de Horas, a contratada deverá apresentar acordo individual escrito, devidamente assinado pelas partes (contratada e empregado). Tal medida se justifica em razão das atividades eventuais que poderão ser realizadas em feriados e finais de semana.

Não haverá previsão de pagamento de horas-extras.

Os postos poderão ser dispensados em dias de ponto facultativo, a critério da Administração e, assim como nos feriados, a dispensa dos colaboradores acarretará no desconto para o colaborador e, consequentemente, na glosa correspondente na nota fiscal, das despesas com auxílio-alimentação e auxílio-transporte, de acordo com a Nota Técnica nº 66/2018 - Delog/Seges/MP.

De acordo com a Orientação Normativa/SLTI nº 3, de 10/09/2014, nos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra deverá haver o desconto na fatura a ser paga pela Administração Pública, do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987

Em caso de diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver, deve ser observada a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 81, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024, que dispõe sobre as regras e procedimentos para a possibilidade de compensação de jornada nos contratos de prestação de serviços contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Atendimento às Normas Regulamentadoras

Em atendimento às Normas Regulamentadoras que tratam da Segurança do Trabalho, a Contratada deverá apresentar os documentos abaixo, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do Contrato:

- PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional;
- LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho;
- Ficha de EPI – Equipamento de Proteção Individual;

Caso o LTCAT, realizado por profissional competente e registrado no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, após submetido à aprovação da Contratante, conclua pela insalubridade e/ou periculosidade inicialmente não dimensionados, o impacto financeiro no valor anual do contrato, para inclusão desses adicionais, com os devidos ajustes para inclusão em planilha de formação de preço, será realizado através de Termo Aditivo.

Advertimos que o Acórdão n. 1.496/2023- Plenário reafirma que a definição dos percentuais deve ser definido via laudo pericial, alertando que a falta deste documento no edital inviabiliza a formulação das proposta. Acrescentando que em regra geral, a Administração Pública deve possuir o LTCAT antes da publicação da licitação, evitando que as empresas cotem valores baseados em suposições.

O referido Acórdão em consonância com o Acórdão n. 727/2009 - Plenário, admite que a responsabilidade pela elaboração e apresentação do laudo seja transferida à empresa vencedora, desde que ele seja registrado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE por profissional devidamente habilitado junto ao seu respectivo conselho de classe.

Vislumbado a carência de recursos, urgência da contratação, ausência de parceria com outros órgãos para realização do respectivo laudo e, Considerando que esta Comissão de Planejamento desconhece a existência de profissionais médicos ou engenheiros nos quadros de servidores da SFA/RR, atualmente, com habilitação do Ministério do Trabalho para emissão de Laudo Técnico de Insalubridade/Periculosidade, justifica-se a necessidade de atribuir essa responsabilidade às empresas licitantes, no momento da formulação das propostas e visita técnica aos locais da prestação dos serviços planejados dos ambientes com exposição ao risco nas dependências da SFA/RR e suas unidades nos municípios de Pacaraima e Bonfim, atendendo o disciplinado nas jurisprudências do TCU: Acórdão 280/2021-Plenário, Acórdão 727/2009-Plenário e Acórdão 1.496/2023-Plenário, transferimos o encargo à contratada dia da impossibilidade da Administração proporcionar o laudo.

A contratada fica obrigada a fornecer e treinar os empregados quanto ao uso e armazenamento, higienização e substituição dos EPIs para realização de atividades que exponham o trabalhador a riscos. **O fornecimento dos EPIs pela contratada independe de previsão dos itens pela Administração.**

É vedado que a diluição e manuseio de produtos químicos em estado concentrado e identificados como uso industrial seja realizado por outro colaborador que não seja o Profissional com formação técnica para tal atividade - Engenheiro Químico ou Químico.

Dos postos

Os empregados a serem alocados na execução dos serviços, de acordo com as atividades a serem desenvolvidas, deverão atender às especificações e requisitos estabelecidos conforme Quadros abaixo:

Quadro 1

Posto	Encarregado de limpeza
Código CBO (Portaria MTE nº 397/2002)	5143-15

Jornada de trabalho	40h semanais
Grau de instrução	Ensino médio completo
Exigência legal	-
Experiência	-
Conhecimento	-
Descrição sumária	Supervisiona as rotinas e acompanha os serviços de limpeza. Verifica se as equipes estão dimensionadas para o volume de atividades, controlando assiduidade, pontualidade e reposição de quadros. Controla estoque de equipamentos, uniformes e insumos.
Atribuições	- Liderar e orientar a equipe de trabalho na realização das atividades de conservação e limpeza;- Acompanhar o checklist das rotinas; - Controlar a distribuição de materiais e tarefas e escalas de colaboradores.

Quadro 2

Posto	Auxiliar de limpeza
Código CBO (Portaria MTE nº 397/2002)	5143-20
Jornada de trabalho	40h semanais
Grau de instrução	Ensino fundamental completo
Exigência legal	-
Experiência	-
Conhecimento	-
Descrição sumária	Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.
Atribuições	- Executar os serviços de limpeza dos prédios, pátios, escritórios, instalações, salas, etc.- Efetuar a remoção de entulhos de lixo. - Realizar todas as operações referentes à movimentação de móveis e equipamentos, fazendo-o sob orientação direta.- Proceder a lavagem de vidraças e persianas, ralos, assim como desentupir pias e ralos.- Prover os sanitários com toalhas, sabão e papel higiênico, removendo os já servidos.- Informar ao encarregado das irregularidades encontradas nas instalações das dependências de trabalho. - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Quadro 3

Posto	Operador de Roçadeira
Código CBO (Portaria MTE nº 397/2002)	6220-20
Jornada de trabalho	40h semanais

Grau de instrução	Ensino fundamental completo
Experiência	Experiência com jardinagem, rastelar e trabalhar com a máquina de jardinagem roçadeira
Conhecimento	-
Descrição sumária	Realizar a manutenção de áreas não pavimentadas com vegetação, utilizando instrumentos manuais e mecânicos: capinar os canteiros, podar pequenas árvores, recolher folhas dos canteiros e realizar o recolhimento dos resíduos gerados.
Atribuições	Operar a máquina roçadeira. Corte de gramas e arbustos de maneira ágil e precisa, manutenção, implantação e criação.

Todos os profissionais dos postos contratados deverão cumprir as atividades previstas na Descrição Sumária dos Quadros acima e na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, sem prejuízo de outras previstas em norma específica ou conforme demanda da Administração, desde que as ocorrências não impliquem em desvio ou acúmulo de função. Não obstante, caberá ao preposto da contratada e a fiscalização do contrato a análise da possibilidade de realizar atividades não previstas nos requisitos das atividades a serem desempenhadas, na CBO ou norma específica.

Os casos omissos/divergentes serão resolvidos pela Coordenação de Gestão de Contratos e o Fiscal do Contrato, a Coordenação Administrativa e, em última instância, pela Autoridade Superior da Contratante.

O rol de tarefas e de periodicidade listados neste estudo é exemplificativo, não excluindo nem restringindo outras, não constantes nele, que podem ser expedidas, oportunamente, a critério da Administração, bem como uma frequência diferenciada daquela determinada, em razão de necessidade e de adequação dos serviços, para que estes atendam a contento à demanda pelos serviços, a critério da Administração.

Do índice de reajustamento do contrato

Deverá ser adotado como índice de reajustamento dos valores contratados o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A escolha do IPCA dá-se em virtude de o índice de preços ter como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionária de serviços públicos e internet e sua coleta estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência, além de garantir uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC.

Repactuação

Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 11 horas e das 15 horas às 17 horas, nos seguintes endereços:

Sede da SFA-RR localizado, Av. Santos Dumont, 594; São Pedro – CEP: 69.306-680; Boa Vista – Roraima.

Posto da unidade VIGIAGRO localizado, Av. Panamericana; Centro - CEP: 69.345-000; Pacaraima - Roraima.

Posto da unidade VIGIAGRO localizado, BR 401, s/n; bairro São Francisco - CEP 69.380-000 (aduana de Bonfim) - Bonfim - Roraima.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Em caso de o licitante optar pela realização da vistoria, este deverá realizar o agendamento por meio do e-mail: gab.sfa-rr@agro.gov.br e/ou adm.sfa-rr@agro.gov.br.

O licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar a declaração de abdicação de vistoria, conforme modelo no anexo III deste Termo de Referência, em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no anexo II deste Termo de Referência.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

A licitante deverá disponibilizar a planilha de custos e formação de preços e memória de cálculo em arquivo no formato de planilha eletrônica, sem bloqueio de células e com possibilidade de visualização das fórmulas.

Em atendimento ao item 1 do Anexo VI-B da IN SEGES 05/2017, segue, abaixo, a especificação das áreas internas, áreas externas e esquadrias externas dos locais da prestação dos serviços, com a definição da produtividade mínima e da faixa referencial a ser utilizada, para fins de dispensa da comprovação de exequibilidade

nos serviços de limpeza e conservação:

Serão adotados índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias.

PRODUTIVIDADE ESTIMADA

AGENTE DE LIMPEZA (CBO 5143-20)

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	UND	QNTD	REFERÊNCIA	FAIXA REFERENCIAL (IN 05/2017)	QTDE ESTIMADA
------	---------------	-----	------	------------	--------------------------------	---------------

SEDE DA SFA-RR

	ÁREAS INTERNAS	M²	1.903,00			
	Piso Frio	M²	1.843,00	1200	800 A 1200	1,54
	Banheiro	M²	60,00	300	200 A 300	0,2
1	ÁREAS EXTERNAS	M²	12.191,00			
	Piso Pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	M²	2.910,00	2700	1800 A 2700	1,08
	Varrição de arruamentos	M²	9.281,00	2700	1800 A 2700	3,44
	Esquadrias externas face interna e externa, sem exposição a risco (periodicidade 16 horas/mês)	M²	365,13	300	300 A 380	0,1
Total aproximado de Agente de Limpeza/número mínimo para executar o objeto						6,36

POSTO VIGIAGRO - PACARAIMA

	ÁREAS INTERNAS	M²	147,90			
	Piso Frio	M²	129,40	800	800 A 1200	0,16
	Banheiro	M²	18,50	300	200 A 300	0,06
2	ÁREAS EXTERNAS	M²	1004,60			
	Piso Pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	M²	1.004,60	1800	1800 A 2700	0,56
	Varrição de arruamentos	M²	0	1800	1800 A 2700	0
	Esquadrias externas face interna e externa, sem exposição a risco (periodicidade 16 horas/mês)	M²	73,80	300	300 A 380	0,02
Total aproximado de Agente de Limpeza/número mínimo para executar o objeto						0,80

POSTO VIGIAGRO - BONFIM

3	ÁREAS INTERNAS	M²	322,65			
	Piso Frio	M²	310,15	800	800 A 1200	0,39
	Banheiro	M²	12,50	300	200 A 300	0,04
	ÁREAS EXTERNAS	M²	380,00			

Piso Pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	M²	380,00	1800	1800 A 2700	0,21
Varrição de arruamentos	M²	0	6000	6000 A 9000	0,0
Esquadrias externas face internar e externa, sem exposição a risco (periodicidade 16 horas/mês)	M²	37,40	300	300 A 380	0,01
Total aproximado de Agente de Limpeza/número mínimo para executar o objeto					0,65
SUBTOTAL					7,81
QUANTIDADE FINAL DE AGENTE DE LIMPEZA A CONTRATAR					8

OPERADOR DE ROÇADEIRA (CBO 6220-20)

SEDE DA SFA-RR

4	Serviço de roçagem	POSTO 1	1	1	1
QUANTIDADE FINAL DE OPERADOR DE ROÇADEIRA A CONTRATAR					1

TOTAL					9
-------	--	--	--	--	---

Com base na metragem das áreas e produtividades acima, foi possível definirmos o quantitativo de postos de trabalho necessários para execução dos serviços.

Número de Encarregados de Limpeza

Em conformidade com o disposto no item 4, do Anexo VI-B da IN nº 05/2017, foi contabilizado 1 (um) Encarregado para os serviços prestados no município de Boa Vista/RR

Os postos a serem contratados serão os de Auxiliar de limpeza, CBO 5143-20, Encarregado de limpeza, CBO 5143-15 e Operador de Roçadeira, CBO 6220-20.

Tabela - Quantitativo de postos

Item	Posto	Quantitativo
1	Auxiliar de limpeza	6- POSTO SFA/RR 1 - POSTO PACARAIMA 1 - POSTO BONFIM
2	Encarregado de limpeza	1 - POSTO SFA/RR
3	Operador de Roçadeira	1 - POSTO SFA/RR
Total:		10

A quantidade de auxiliar de limpeza, considerando as produtividades mínimas adotadas, será arredondada para cima, de forma a ser um número inteiro e em nenhuma hipótese poderá ser menor que o estimado.

Para a definição do quantitativo de materiais, equipamentos, ferramentas e Uniformes, foi levado em consideração o estudo de consumo de anos anteriores e as necessidades atuais.

Os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, deverão fazer constar na planilha de custos e formação de preços (que detalham os componentes dos seus custos) as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

Foi adotada a Convenção Coletiva de Trabalho registrada no MTE sob o número RR000011/2026, para definição das regras trabalhistas e cálculo das planilhas de custo e formação de preços.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**Condições de Execução**

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto: no máximo 10 (dez) dias da emissão da ordem de serviço;

O prazo para início da execução do objeto será definido de acordo com a necessidade da Contratante e considerará:

O último dia de vigência do contrato atual;

Os procedimentos para a abertura da conta vinculada; e

O prazo para que a CONTRATADA providencie:

5.1.2.3.1 A contratação dos funcionários, incluindo registro em CTPS, exames admissionais e outros indispensáveis à contratação, conforme legislação vigente, bem como proceder à capacitação desses funcionários;

5.1.2.3.2 A apresentação do instrumento de garantia da execução do contrato;

5.1.2.3.3 Os uniformes, EPI's e demais materiais e equipamentos necessários para a prestação dos serviços; e

5.1.2.3.4 A indicação do preposto que terá poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do Contrato.

Sugere-se a realização de uma reunião entre os representantes da contratante e da contratada a fim de tratar dos trâmites para início do contrato.

Os funcionários da CONTRATADA deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados desde o primeiro dia de execução dos serviços.

Local da prestação dos serviços

Os serviços de limpeza e conservação e copeiragem serão prestados nas dependências das unidades localizadas nos endereços abaixo descritos:

Sede da SFA-RR localizado, Av. Santos Dumont, 594; São Pedro – CEP: 69.306-680; Boa Vista – Roraima.

Posto da unidade VIGIAGRO localizado, Av. Panamericana; Centro - CEP: 69.345-000; Pacaraima - Roraima.

Posto da unidade VIGIAGRO localizado, BR 401, s/n; bairro São Francisco - CEP 69.380-000 (aduana de Bonfim) - Bonfim - Roraima.

Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 8h às 18h, com intervalo de 2 horas para o almoço, das 12h às 14h, de segunda a sexta-feira.

A contratante poderá redefinir o horário da prestação dos serviços, de forma que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Instituição.

Rotinas a serem cumpridas

A execução contratual observará as rotinas abaixo:

Metodologia de referência da limpeza das ÁREAS INTERNAS.

Os serviços serão executados pela CONTRATADA na seguinte frequência:

DIARIAMENTE, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

Limpar mobiliários, utensílios, aparelhos telefônicos, computadores, impressoras, equipamentos de escritório, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc., utilizando espanador, flanela e produtos adequados;

Lavar os banheiros no início da manhã, incluindo o local destinado para guarita de vigilância;

Limpar banheiros, desinfetar e coletar o lixo, no mínimo 02 (duas) vezes ao dia, em horários definidos pela CONTRATANTE, incluindo o local destinado para guarita de vigilância;

Limpar copas e outras áreas molhadas, no mínimo 01 (uma) vez ao dia, em horários definidos pela CONTRATANTE;

Abastecer com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários, sempre que necessário, vistoriando a necessidade ao realizar a limpeza dos banheiros;

Varrer, passar pano úmido e polir os balcões, escadarias e pisos vinílicos, de mármore ou granito, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, incluindo o local destinado para guarita de vigilância;

Varrer os pisos de cimento;

Limpar elevador, interno e externamente, bem como suas guias e capachos, com produtos adequados;

Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos da copa/refeitórios antes e após as refeições;

Retirar o lixo 02 (duas) vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 (cem) litros, removendo-os para local indicado pela Administração (CONTRATANTE);

Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995;

Limpar os corrimãos de escadas;

Higienizar os bebedouros, repondo com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração (CONTRATANTE);

Remover manchas nos pisos, nas paredes divisórias, suas portas e vidros;

Molhar as plantas dos canteiros e de outros locais situados nas dependências da SFA/RR;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO DEFINIDA OUTRA FREQUÊNCIA

Limpar estantes e armários e atrás de móveis, armários e arquivos;

Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica e madeira;

Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético, incluindo o local destinado para guarita de vigilância;

Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;

Polir divisórias, móveis e utensílios de madeira;

Limpar detalhadamente estofados, com produto apropriado para forrações de couro, tecidos ou plástico dos assentos e poltronas;

Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras e outros similares;

Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore ou granito, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente;

Limpar os espelhos com pano umedecido em uma mistura de álcool e água (1 / ½), duas vezes por semana, incluindo o local destinado para guarita de vigilância;

Limpar quadros, placas, pinturas, painéis;

Lavar lixeiras, carrinhos utilizados para remoção e contêineres utilizados na coleta de lixo;

Limpar áreas ajardinadas, internas e externas, canteiros, arranjos e vasos de plantas, naturais, artificiais e desidratadas;

Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, incluindo o local destinado para guarita de vigilância;

Limpar forros (face externa), paredes e rodapés, incluindo o local destinado para guarita de vigilância;

Limpar persianas e cortinas, com equipamentos e produtos adequados, incluindo o local destinado para guarita de vigilância;

Remover manchas de paredes;

Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, de enrolar, pantográfica, de correr, e outros similares);

Realizar lavagem geral de todas as partes azulejadas (banheiros e outras dependências);

Polir letras de placas em metal;

Limpar corrimãos de escadas;

Lavar capachos, tapetes e passadeiras;

Lavar a área da garagem interna;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Metodologia de referência da limpeza das ÁREAS EXTERNAS.

Os serviços serão executados pela CONTRATADA na seguinte frequência:

DIARIAMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO DEFINIDA OUTRA FREQUÊNCIA

Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;

Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore ou granito, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

Varrer as áreas pavimentadas externas;

Retirar o lixo 02 (duas) vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 (cem) litros, removendo-os para local indicado pela Administração (CONTRATANTE);

Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995;

Limpar áreas ajardinadas, internas e externas, canteiros, arranjos e vasos de plantas, naturais, artificiais e desidratadas;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

SEMANALMENTE, UMA VEZ

Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);

Lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite , com detergente;

Retirar galhos, detritos, folhagens e etc. das áreas verdes;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Nos períodos chuvosos (janeiro a julho), realizar a limpeza das calhas dos telhados (não superiores a 2,50 m de altura), bueiros e ralos e remoção de detritos que possam causar obstrução ou entupimento.

MENSALMENTE

Lavar as áreas destinadas à garagem/estacionamento.

Nos períodos chuvosos (janeiro a julho), realizar o roço mecanizado e/ou manual da vegetação rasteira das dependências da Sede.

BIMESTRALMENTE

Limpar as áreas em volta da sede da SFA-RR.

Proceder à capina e roçada, retirar de toda a área externa plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas, incluindo a área interna do estacionamento de veículos;

Os serviços de paisagismo com jardinagem nos canteiros, adubação, aplicação de defensivos agrícolas não integram a composição de preços.**SEMESTRALMENTE**

Limpar as calhas, grelhas, luminárias e lâmpadas (não superiores a alturas de 2,50 m de altura);

Acerar o perímetro externo dos muros da SFA/RR e postos das unidades do VIGIAGRO nos municípios de Bomfim e Pacaraima.

Metodologia de referência da limpeza das ESQUADRIAS.

Os serviços serão executados pela CONTRATADA na seguinte frequência:

QUINZENALMENTE, UMA VEZ

Limpar todos os vidros e esquadrias, face interna, aplicando produto antiembaçante, com equipamentos e acessórios adequados (não superiores a alturas de 2,50 m de altura);

Limpar todos os vidros (face interna e externa), aplicando-lhes produtos antiembaçantes (não superiores a alturas de 2,50 m de altura);

SEMESTRALMENTE, UMA VEZ.

Limpar fachadas envidraçadas (face externa), em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos antiembaçantes (não superiores a alturas de 2,50 m de altura).

Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Todos os produtos relacionados deverão ser de primeira qualidade e sujeitos à prévia aprovação da contratante, devendo ser entregues em depósito localizado nas dependências da contratante, até o primeiro dia útil do mês de execução dos serviços, para os materiais com fornecimento mensal e em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação, para os demais materiais;

A descrição de marca de produto destina-se a referenciar aspectos de qualidade e produtividade já aprovados pela fiscalização, a partir de testes e aprovação de várias marcas utilizadas na execução dos serviços;

Baseando-se nas planilhas de preços e consumo estimado de materiais, será verificada a eventual existência de saldos que poderá implicar redução equivalente no valor da fatura;

Os produtos fornecidos pela contratada não deverão ser de fabricação própria ou caseira.

Em caso de necessidade de diluição de materiais de consumo a serem aplicados na execução do objeto do Contrato, deverá ser obedecida, pela Contratada, a proporção recomendada pelo fabricante dos referidos produtos, sempre com a execução/acompanhamento do profissional responsável técnico da empresa.

Os produtos utilizados devem seguir, rigorosamente, as orientações do fabricante.

A especificação dos equipamentos é estimativa. Cabe à contratada considerar em sua proposta a relação de quaisquer outros equipamentos de que necessite para a correta prestação dos serviços.

É de inteira responsabilidade da contratada treinar e orientar os funcionários para a adequada manipulação dos saneantes, inclusive no armazenamento, no transporte, nos processos de diluição e na utilização dos equipamentos de proteção individual.

A contratada deve-se atentar à Norma Regulamentadora Nº 32 (e suas atualizações), que dispõe sobre a segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde.

O descarte das embalagens e de outros resíduos domissanitários deve ser de responsabilidade da contratada e esta deverá, obrigatoriamente, fornecer certificado de destinação correta dos mencionados resíduos.

A contratada deverá utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Resolução RDC Nº 35 /2008 da ANVISA e atualizações.

Deverão ser fornecidos todos os materiais de consumo necessários à perfeita prestação dos serviços. **No anexo I do Estudo Técnico Preliminar - Relação de materiais e uniformes.** (SEI nº 49906567) - consta relação exemplificativa com quantitativo estimado, sendo que os produtos relacionados são apenas indicativos e não exaustivos, cabendo a devida adequação e dimensionamento pela licitante para a boa prestação dos serviços.

Os equipamentos e ferramentas utilizados para execução das atividades deverão permanecer nas instalações da contratante.

Os equipamentos e ferramentas danificados, furtados ou extraviados deverão ser repostos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da ciência do ocorrido.

É de inteira responsabilidade da contratada as despesas provenientes do transporte dos equipamentos e ferramentas, bem como a instalação dos materiais que se fizerem necessários.

Os equipamentos elétricos devem ser compatíveis com tomadas 110/220v de 3 pinos.

As quantidades relacionadas são estimativas e podem sofrer alterações de acordo com as necessidades da Contratante. As variações de consumo serão acompanhadas por servidor designado pela Administração – Gestor/Fiscal Técnico do Contrato – **que ficará encarregado de solicitar as devidas compensações.**

Ao término da vigência contratual, havendo estoque remanescente dos materiais cujo valor foi integralmente pago ao longo da vigência, este será da Contratante.

Ao do final da vigência contratual será realizado um levantamento dos insumos da relação de materiais anual que não foram fornecidos pela contratada, porém pagos em sua totalidade pela contratante, para que possa ser feita a devida glosa no último faturamento.

Os equipamentos a serem fornecidos pela Contratada deverão ser disponibilizados dentro do prazo de vida útil estimada e deverão ser substituídos sempre que apresentarem defeito e necessitarem de manutenção corretiva.

As ferramentas e maquinários a serem fornecidos pela Contratada, cujo custo recai sobre a depreciação e manutenção, são de propriedade da mesma, podendo ser utilizados em outros locais de serviço e necessitando estar disponíveis aos colaboradores da Contratada quando da realização dos serviços na sede da Contratante.

Os equipamentos que porventura venham a ser substituídos devem ter sua usabilidade comprovada, com demonstração de suas especificações, folders e, de preferência, eficiência comprovada através da utilização em outros órgãos/empresas ou demonstração na própria unidade da Contratante.

Todos os materiais devem ser disponibilizados à contratante dentro do prazo de validade recomendado pelo fabricante.

A relação de insumos, materiais e equipamentos (ferramentas e utensílios) necessários, nas quantidades estimadas e qualidades mínimas aceitáveis, a serem fornecidos e disponibilizados pela Contratada encontra-se descrito no Anexo I - Relação de materiais e uniformes. (SEI nº 49906567), e relacionados nas Planilhas de Custos e Formação de Preços descrevendo as qualidades e quantidade exigidas.

Os quantitativos de materiais, constantes nos Anexo I - Relação de materiais e uniformes. (SEI nº 49906567), foram estimados e informados com o intuito de auxiliar as proponentes, no momento de elaboração de suas propostas, na formação dos custos com base no histórico de consumo observado durante a vigência do Contrato n. 01/2022 (21048.000416/2021-94), encerrado no ano 2025 .

Durante a execução dos serviços, por terem sido estimados, os quantitativos poderão variar para mais ou para menos, de maneira que a Contratada deverá fornecer os quantitativos necessários à perfeita execução dos serviços, devendo a Contratante arcar inteiramente com os custos no caso de necessidade de quantitativos maiores que os estimados.

Quando da entrega dos materiais, será verificado se foi utilizado todo o quantitativo entregue no mês, trimestre ou ano anterior. Caso haja materiais não utilizados, será feita a reposição apenas do quantitativo que faltar para o estimado, a fim de evitar desperdícios com o acúmulo de materiais desnecessários, bem como haver uma compensação para quando houver necessidade de quantitativos maiores que o estimado.

O faturamento decorrente da aquisição dos insumos será efetuado mensalmente conforme as Notas Fiscais de aquisição dos insumos entregues.

Os equipamentos serão da Contratada e serão apenas disponibilizados à Contratante para a execução dos serviços, de modo que será admitida somente a cobrança dos custos mensais referentes à manutenção e à depreciação dos supracitados equipamentos, os quais encontram-se incluídos nas Planilhas de Custos e Formação de Preços.

A responsabilidade pela guarda, em local a ser reservado pela Contratante, e pelo manuseio dos equipamentos é da Contratada.

A Contratada deverá providenciar, durante a execução contratual, a substituição de qualquer equipamento defeituoso no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, admitida a prorrogação deste mediante apresentação de justificativa a ser analisada, e se for o caso, aceita pela Contratante.

Eventualmente, poderá ser necessária para a perfeita execução dos serviços a utilização de equipamentos não relacionados no Anexo constante do instrumento editalício, de modo que a Contratada deverá providenciar a disponibilização dos mesmos sem ônus para a Contratante.

A Contratada deverá identificar seus equipamentos a fim de não se confundirem com bens patrimoniais pertencentes à Contratante.

No caso de encerramento do contrato, a Contratada deverá providenciar a retirada de seus equipamentos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

A entrega dos insumos, materiais e equipamentos (ferramentas e utensílios) obedecerá a programação a ser previamente estabelecida com a Fiscalização do Contrato, devendo a Contratada responsabilizar-se pelo transporte, entrega, recebimento, controle de estoque, distribuição e instalação em todos os locais de execução dos serviços, cabendo à Contratante realizar o devido acompanhamento.

Mesmo que os insumos, materiais e equipamentos sejam entregues pelo fornecedor da Contratada diretamente nos locais de prestação dos serviços, a Contratada continua sendo a responsável pelo transporte, entrega, recebimento, controle de estoque, distribuição e instalação nos locais de execução dos serviços, cabendo à Contratante realizar o devido acompanhamento.

Os insumos, materiais e equipamentos (ferramentas e utensílios) fornecidos pela Contratada deverão ser de primeira qualidade, licenciados e aprovados, quando exigido pela legislação pertinente, pelos órgãos competentes para tal, de maneira a não prejudicar a execução dos serviços ora contratados. Em relação ao fornecimento de insumos, materiais e equipamentos (ferramentas e utensílios) deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental relacionados nas obrigações da contratada e demais normas legais vigentes.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Considerando a natureza das atividades a serem desempenhadas pelos funcionários, a Contratada deve estar ciente de suas responsabilidades e obrigações, entre a de cumprir a execução dos serviços em estrita consonância com o constante em sua proposta e no contrato resultante deste certame, atendendo prontamente às solicitações de reposição de funcionários, bem como de assistência a estes naquilo que lhe for pertinente, devendo, inclusive, alocar funcionários cujas condições físicas sejam compatíveis com a carga dos trabalhos;

Na elaboração de sua proposta, as licitantes deverão estar cientes, além das condições em que os serviços serão prestados, dos encargos a que estarão sujeitas diante da legislação em vigor, quanto às suas obrigações mercantis, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, as quais deverão estar incluídas na proposta apresentada à Administração, não sendo aceitas alegações posteriores quanto a encargos que, por serem inerentes ao seu negócio, o licitante já deveria conhecer na época do certame.

Com base no art. 5.º do Decreto n. 12.174/2024, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação.

Contratada deverá considerar todos os custos relativos aos materiais, tanto de limpeza, quanto de higiene, e aos equipamentos a serem entregues, na sua proposta, levando em consideração a periodicidade das entregas.

O preço mensal devido será aquele proposto pela Contratada durante a licitação e aceito pela Administração, após as verificações ajustado pela fiscalização do contrato, se for o caso constantes no Capítulo V, Seção I, da IN SEGES/MPOG nº 05/2017.

Qualquer desconto mencionado neste Termo de Referência não impede a aplicação de quaisquer sanções previstas no presente documento e no Edital de Licitação, inclusive seus anexos.

O serviço de fornecimento dos materiais de higiene será entregue conforme a efetiva necessidade e consumo.

A Contratada deverá atender às normas e portarias sobre a segurança no trabalho e providenciar os seguros exigidos por lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente envolvidas nos serviços objeto do contrato.

Será prevista a concessão de 42 vales-transportes, sendo considerados 21 dias úteis de trabalho, haja vista a utilização da seguinte fórmula: $[(365 / 7) \times 5 - 9] / 12 = 20,97$ dias, onde:

365 = número de dias no ano

7 = número de dias na semana

5 = número de dias de úteis (segunda a sexta)

9 = número de feriados nacionais em dias úteis (média)
12 = número de meses no ano

Para a concessão de vale-refeição/alimentação serão considerados 21 dias úteis, não sendo obrigatória a concessão de intervalo para repouso ou alimentação (§1.º do art. 71 da CLT).

Os postos poderão ser dispensados em dias de ponto facultativo, a critério da Administração e, assim como nos feriados, a dispensa dos colaboradores acarretará no desconto para o colaborador e, consequentemente, na glosa correspondente na nota fiscal, das despesas com auxílio-alimentação e auxílio-transporte, de acordo com a Nota Técnica nº 66/2018 - Delog/Seges/MP.

De acordo com a Orientação Normativa/SLTI nº 3, de 10/09/2014, nos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra deverá haver o desconto na fatura a ser paga pela Administração Pública, do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

Quando da elaboração da sua proposta, a licitante deverá observar as produtividades mínima e máxima previstas na Instrução Normativa nº 5/2017 – SEGES/MPDG;

Considera-se ainda que a Licitante deverá determinar o quantitativo da mão de obra a ser empregada, desde que dentro dos limites produtivos (mínimo e máximo) padronizados pela IN 05/2017 – MPDG.

Demais requisitos constam no Estudo Técnico Preliminar anexo a este Termo de Referência, documento esse de leitura obrigatória por parte dos licitantes.

Será exigido que os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, cotelem na planilha de custos e formação de preços (que detalham os componentes dos seus custos) as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

Uniformes

Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

O uniforme deverá compreender as peças do vestuário constantes no Anexo I deste documento:

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

O tamanho das peças do uniforme deve atender ao padrão nacional de medidas, exceto quando não existir padrão definido;

Os uniformes que apresentarem qualquer tipo de transparência serão devolvidos e deverão ser substituídos no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

Os sapatos devem ser de primeira qualidade, não devendo apresentar nenhum tipo de desconforto ao funcionário, sob pena de substituição dos mesmos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data notificação;

Se forem feitos de tecido muito fino ou apresentar qualquer outra característica que impeça o cumprimento de sua função, as peças de todos os funcionários deverão ser substituídas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da notificação;

Pequenos ajustes nos uniformes, como bainhas, pines, etc., poderão ser feitos pelo próprio funcionário, que deverá apresentar um recibo à fiscalização, a qual solicitará à empresa Contratada o devido ressarcimento ao funcionário, de forma integral, sem qualquer tipo de desconto, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da notificação;

Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto a tecido, cor, modelo, desde que previamente aceitas pela fiscalização;

Para início do contrato, 01 (um) conjunto composto pelo quantitativo semestral de todas as peças relacionadas no Anexo I do Termo de Referência deverá ser fornecido ao empregado, sendo este conjunto substituído a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, sempre que apresentarem sinais de desgaste ou, ainda, a pedido da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após comunicação, sempre que não atenderem as condições mínimas de apresentação;

Os custos com a substituição das peças por desgaste ou qualquer imperfeição advinda da execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada;

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da Contratante e deverão apresentar material de primeira qualidade, além de atender integralmente aos padrões desta SFA/RR, devendo a Contratada submeter amostra do modelo, cor e qualidade do tecido, podendo ser solicitada a realizar a substituição, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da notificação, daqueles que não corresponderem às especificações contidas neste Termo de Referência.

Os uniformes deverão ser entregues aos funcionários mediante recibo, cuja cópia deverá ser enviada à contratante para repasse à fiscalização do contrato, que as analisará e depois as encaminhará para compor o processo da contratação.

A fiscalização poderá solicitar a apresentação do original do recibo junto com a cópia, para conferência, se assim entender necessário;

O fornecimento de todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's necessários para a execução dos serviços são de obrigação da contratada;

Todos os prestadores de serviço serão obrigados a portar uniforme e EPI's adequados ao desenvolvimento das atividades durante a jornada de trabalho;

Os EPI's constantes na relação de materiais e uniformes definidos pela contratante são meramente exemplificativos e estimativos, devendo a licitante informar qualquer outro item que se fizer necessário e a regularidade de troca de cada um deles;

Todos os EPI's deverão ter certificado de aprovação do Ministério do Trabalho – MTE (atual Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.3.1.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.1.33.1.1.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2 certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.33.1.2.3 Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.2.4 entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1 extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.33.1.3.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.33.1.3.3 cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4 comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.33.1.3.5 comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item acima deverão ser apresentados.

A Administração deverá analisar as documentações solicitada no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

As compensações de jornada limitam-se:

à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

Gestor do Contrato

Cabe ao gestor do contrato:

coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada: não produzir os resultados acordados,

deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

A Contratada deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com a Contratante serão realizados sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em declarações verbais.

Mensagens eletrônicas também serão aceitas como forma de comunicação escrita.

Toda comunicação entre a contratante e a contratada deverá ser realizada por meio do preposto.

Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

Os resultados alcançados em relação ao Contratado, com verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

Os recursos humanos empregados;

A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

A adequação dos serviços prestados à rotina da execução estabelecida;

O cumprimento das demais obrigações;

A satisfação do público usuário.

A produtividade adotada para efeito de composição deste Termo de Referência, está de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 05 de 26 de maio de 2017, conforme planilha constantes no item 7 dos Estudos Técnicos Preliminares.

Será adotada a conta-depósito vinculada como ferramenta para proteção e gestão de riscos na execução desta contratação de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, cujos procedimentos serão tratados no respectivo item deste TR.

Do recebimento

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – (IPCA/IBGE) de correção monetária.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que

faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante .

A eficácia da cessão de crédito[A1] não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público

incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Repactuação

Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

A repactuação dos valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma.

Os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência serão aqueles constantes no instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.

A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao

reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [indicar o prazo], contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Conta-Depósito Vinculada

Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

13º (décimo terceiro) salário;

Férias e um terço constitucional de férias;

Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

O regime de execução do contrato será empreitada por Preço Global.

Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada no Acordo Coletivo de Trabalho SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LIMPEZA URBANA, ÁREAS VERDES, ASSEIO E CONSERVAÇÃO E COLOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE TERCEIROS DO ESTADO DE RORAIMA, n° RR000011/2026, utilizado como paradigma:

salário-base Encarregado de Manutenção Predial (Artífice) (Manutenção), no valor de R\$ 2.340,50 (dois mil trezentos e quarenta reais e cinquenta centavos);

Salário-base Auxiliar de Limpeza, no valor de R\$ 1.636,02 (um mil seiscentos e trinta e seis reais e dois centavos);

Salário-base Operador de Roçadeira, no valor de R\$ 1.691,93 (um mil seiscentos e noventa e um reais e noventa e três centavos);

Auxílio-alimentação para todos os postos, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais);e

Benefícios de natureza trabalhista ou social, a saber:

Vale Transporte para todos os postos, no valor unitário de R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos).

Benefício Social Sindical, no valor unitário de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos).

Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

Os valores orçados pela Administração constam na Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI nº 51120429).

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; atualizado, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas

administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Certidão Negativa de débitos Trabalhista – CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

Certidão Negativa de Falência ou Concordata, ou Certidão de Recuperação Judicial afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme disposto no **Acórdão 1201/2020-TCU**, expedidas pelo Distribuidor da sede do Licitante dentro do seu prazo de validade. As certidões que não constarem o prazo de validade expressamente, serão consideradas válidas quando o prazo não for superior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua emissão;

Cópia, retirada do Livro Diário, do Balanço Patrimonial constando o Termo de Abertura e Encerramento e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinadas pelo contador;

A expressão na forma da lei será igualmente suprida quando o balanço patrimonial e a demonstração de resultado forem apresentados através de publicação em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social de existência devem apresentar **Balanço de Abertura ou o último Balanço Patrimonial levantado**.

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superior a 1(um) obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =

Passivo Circulante

Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de percentual, limitado a 10% do valor total estimado da contratação.

Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VIII deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Em virtude da vultuosidade do valor estimado da contratação e elevada necessidade da realização contínua dos serviços que, serão realizados na Superintendência objetivando suprir a defasagem de servidores para realização das atividades que são essenciais para o perfeito funcionamento do Órgão e atendimento das demandas que desaguam nas atividades fins que são os serviços técnicos de fiscalização, torna-se necessário delimitar as empresas que participaram do certame as que possuem capital sólido e, ao mesmo momento, evitando que empresas pouco estruturadas possivelmente possam se sagrar vencedoras e não executarem os serviços conforme as características apresentadas.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A exigência dos critérios de qualificação técnica previstos no presente edital encontra amparo na Lei nº 14.133/2021 e na legislação que regula o exercício profissional, sendo indispensável para assegurar a adequada execução do objeto contratual e a proteção do interesse público.

Nos termos do art. 67, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, é legítima a exigência de registro ou inscrição da licitante em entidade profissional competente, bem como a comprovação de aptidão técnica compatível com o objeto da contratação. Considerando que o objeto envolve a utilização de produtos químicos em estado concentrado, torna-se imprescindível o acompanhamento técnico especializado, em razão dos riscos inerentes à atividade e da necessidade de observância da legislação vigente.

A exigência de declaração de que o licitante tomou conhecimento das condições locais de execução, facultada sua substituição por declaração formal assinada pelo responsável técnico, visa assegurar o adequado planejamento da execução contratual e evitar alegações futuras de desconhecimento, encontrando respaldo no entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.047/2014 – Plenário).

A exigência de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) fundamenta-se na Lei nº 5.194/1966, considerando que a execução do objeto demanda acompanhamento técnico, controle operacional e fiscalização de procedimentos, o que legitima a exigência de inscrição no referido conselho profissional, conforme entendimento do TCU (Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário), **ou;**

Do mesmo modo, a exigência de registro da licitante no Conselho Regional de Química (CRQ) encontra respaldo na Lei nº 2.800/1956, que determina o registro das pessoas jurídicas cuja atividade básica esteja vinculada à área da Química. A utilização e o manuseio de produtos químicos concentrados caracterizam atividade técnica sujeita à fiscalização profissional, tornando legítima a exigência, conforme jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça.

A exigência de indicação de profissional químico responsável, devidamente habilitado e registrado no CRQ competente, decorre do art. 28 da Lei nº 2.800/1956 e mostra-se indispensável para garantir a execução segura, eficiente e conforme as normas técnicas e legais aplicáveis.

As exigências de qualificação técnica estabelecidas não configuram restrição indevida à competitividade, por guardarem estrita pertinência com o objeto licitado, sendo proporcionais e necessárias à mitigação de riscos e à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário).

Diante do exposto, resta plenamente justificada a inclusão dos critérios de qualificação técnica no edital, notadamente quanto à exigência de registro da licitante nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou de Química (CRQ), bem como a comprovação de responsável técnico químico habilitado, por se tratarem de requisitos legais, técnicos e indispensáveis à adequada execução do objeto contratual.

O Tribunal de Contas da União reconhece a legitimidade da exigência de qualificação técnica mais rigorosa quando justificada pela complexidade ou pelo risco do objeto, conforme consignado no Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário.

Pelas informações amplamente detalhadas, solicitaremos das empresa licitantes a apresentação das seguintes documentações relacionadas abaixo, sob pena de desclassificação quando da sua não apresentação ou inconsistências insanáveis:

Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Apresentar prova de Registro ou inscrição da licitante na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou de Química (CRQ), em plena validade.

Apresentar prova de Registro ou inscrição do profissional Químico responsável pela execução dos serviços, no Conselho Regional competente (CREA) e/ou de Química (CRQ).

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação (ou similar), através da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica operacional, acompanhado(s) da Certidão de Registro do órgão competente, que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgãos ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, distrital, municipal ou ainda para empresas privadas, serviços com as seguintes características e quantidades, considerados de maior relevância, em consonância com a **Súmula nº 263 do TCU**;

Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

Serviço: contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, de natureza contínua, abrangendo auxiliar de limpeza, encarregado de limpeza e operador de roçadeira.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Boa Vista/RR, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato

Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

Para o Engenheiro Químico ou Químico as competências dos serviços de: Manipulação, diluição, armazenamento e utilização de produtos químicos em estado concentrado ou que impliquem em alto risco à saúde dos colaboradores terceirizados, servidores e população geral.

O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Declaração, assinada pelo representante legal da licitante, da inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como sobre as ocorrências posteriores. A CPL verificará a situação das empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência, bem como a existência de impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa, disponível no site do CNJ, **sob pena de inabilitação da mesma no processo licitatório.** (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis> e <http://www.cnj.jus.br>);

Declaração de que os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes da SFA/RR, ou responsável pela licitação;

Apresentar **alvará de funcionamento** válido, constando atividade compatível com o objeto ou similar, em plena vigência, a fim de que seja resguardada a efetiva execução do objeto licitado.

Apresentar **Declaração que cumpre cota de PcD** (Pessoa com deficiência) de acordo com a Lei nº 8.213/1991.

Apresentar **Declaração que cumpre cota de Jovem Aprendiz** de acordo com a Lei nº 8.213/1991.

Todos os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou em fotocópias (nos termos do Art. 3º, II da Lei 13.726/2018), bem como os licitantes poderão solicitar à CPL nos dias que antecedem a abertura da sessão ou excepcionalmente ao(a) pregoeiro(a) no momento da sessão, a certificação “Confere com original” das documentações apresentadas, reservando-se o direito de, a qualquer momento, exigir os originais para comparação e comprovação de sua autenticidade.

Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, observando-se ainda o seguinte:

se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou

se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas para matriz e filiais, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;

se o licitante for à matriz e o executor do objeto for à filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente. A mesma situação fica configurada quando o licitante for à filial e o executor do objeto for a matriz, observando-se o disposto no subitem “10.21.14.1.” deste item, quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;

serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

Os documentos mencionados neste Título **não** poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

Documentos que possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão estar válidos na data de entrega. Já aqueles que não possuírem prazo de validade expressamente serão considerados válidos quando datados **nos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de sua apresentação.**

A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título INABILITARÁ o proponente, exceto nos casos quando o licitante já tiver apresentado documento equivalente na fase de credenciamento ou quando o(a) Pregoeiro(a) em consulta ao SICAF localizar o documento que não consta na sua habilitação;

Quando houver necessidade, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará os documentos de habilitação referentes à qualificação técnica à Secretaria demandante, para análise e parecer das exigências técnicas dispostas no item QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do presente Termo de Referência.

Das vedações à participação

Não será admitida a participação de sociedades cooperativas neste certo, tendo em vista que a natureza dos serviços licitados (limpeza, conservação e jardinagem) exige, por sua própria execução, a existência de subordinação jurídica, pessoalidade e habitualidade entre o obreiro e a contratada, conforme estabelecido na **Súmula nº 281 do TCU** e no **Termo de Conciliação Judicial** firmado entre a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) nos autos da Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0.

É vedada, outrossim, a participação de Microempreendedor Individual (MEI), tendo em vista que o objeto da presente contratado configura serviço com dedicação exclusiva de mão de obra (cessão ou locação de mão de obra), prática vedada ao MEI nos termos do **art. 112 da Resolução CGSN nº 140/2018**.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 715.815,12 (setecentos e quinze mil oitocentos e quinze reais e doze centavos)**, conforme custos unitários apostos no Anexo do Estudo Técnico Preliminar - Digital (SEI nº 51120433) e Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI nº 51120429).

A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 26437/158350;

Fonte de Recursos: 1000;

Programa de Trabalho: 12363501220RL0014;

Elemento de Despesa: 339037-02;

Plano Interno: L4801P01BVN;

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:

Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 15% do valor do Contrato.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

DISPOSIÇÕES FINAIS

16.13. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Boa Vista - RR, xxx de xxx de 2026

Estudo elaborado pela equipe de planejamento
Comissão constituída pela Portaria nº 138 de 13 de maio de 2024.

ANEXO II

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 21048.000043/2026-66

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O objetivo do presente Estudo é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de higienização, limpeza, conservação, para áreas internas, externas e esquadrias, serviço de roçagem, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e produtos, equipamentos de segurança, ferramentas e utensílios, com execução mediante regime de empreitada global, a serem executados nas dependências da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Roraima - SFA-RR, município de Boa Vista, e os postos das unidades nos municípios de Pacaraima e Bonfim.

A terceirização dos serviços de limpeza e conservação dos edifícios das repartições públicas federais é possível ante a previsão expressa na Portaria n.º 443, de 27/12/2018, do Ministério do Planejamento, que regulamentou o art. 2º do Decreto n.º 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União,

corroborado pela inexistência de quantitativo de mão de obra específica para a realização do serviço de limpeza, conservação e higienização dos prédios e móveis em quadro permanente desta Superintendência, haja vista que a Lei n.º 9.632/98 extinguiu esses cargos na Administração Federal.

A referida contratação tem como objetivo possibilitar que a Administração se faça presente ofertando um serviço de excelência no tocante ao serviço de limpeza e conservação, por meio de uma infraestrutura adequada à continuidade dos serviços oferecidos aos usuários internos e externos.

Assim sendo, para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada torna-se necessária a terceirização dos serviços de conservação e limpeza que, por sua vez, encontra amparo legal da Instrução Normativa nº 05 de 26/05/2017.

A necessidade da contratação é evidente, haja vista que os serviços de limpeza e conservação dos prédios que sediam o Ministério da Agricultura e Pecuária em Roraima são de natureza acessória e imprescindível; sem esse importante serviço auxiliar, restam prejudicados, de um lado, o ambiente laboral dos servidores e, de outro, a qualidade do serviço público prestado à população.

Quanto a contratação do posto de operador de roçadeira, assim como já mencionado anteriormente, no que justificamos a diz respeito a não haver pessoal do quadro da Superintendência para executar o serviço de "roçagem", presente contratação esclarecendo, também, que a atual estrutura física necessita da presença contínua de um posto de operador de roçadeira, haja vista a extensa área verde desta Sede.

Justifica-se a presente contratação em virtude de o atual contrato não atender a demanda atualmente necessária.

ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE

Divisão de Aquisição e Logística - DIAL-RR/SFA-RR

RESPONSÁVEL

Francisco Cordeiro de Azevedo

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos necessários para o atendimento da necessidade

Levantamento de mercado

Em atendimento ao disposto no inciso V do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com a finalidade de identificar as soluções disponíveis para a prestação dos serviços de higienização, limpeza, conservação, asseio e roçagem, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução das atividades.

Verificou-se que tais serviços são comumente prestados no mercado por **empresas especializadas**, mediante contratação terceirizada, modelo amplamente adotado pela Administração Pública para execução de atividades de natureza material, acessória e complementar às atividades institucionais do órgão.

Foram consideradas, de forma geral, as seguintes alternativas para atendimento da necessidade administrativa:

execução direta dos serviços pela Administração, mediante utilização de servidores próprios;

contratação de empresa especializada para execução dos serviços;

contratação baseada exclusivamente em resultados, como metragem de área limpa;

contratação por postos de trabalho com dedicação de mão de obra.

A execução direta pela Administração mostrou-se inviável, considerando a inexistência de quadro próprio suficiente para execução contínua das atividades, bem como a natureza operacional dos serviços.

Diante disso, verificou-se que a solução mais adequada consiste na **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de higienização, limpeza, conservação, asseio e roçagem**, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, garantindo a continuidade das atividades e a adequada manutenção das dependências da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Roraima – SFA/RR e das unidades localizadas nos municípios de Pacaraima e Bonfim.

Modalidade de Licitação

A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, haja vista o objeto enquadrar-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021, e por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviços de higienização, limpeza, conservação e asseio nas áreas internas, externas e esquadrias, bem como serviços de roçagem, com fornecimento de mão de obra, materiais, produtos, equipamentos de segurança, ferramentas e utensílios necessários à adequada execução dos serviços, sob regime de empreitada global, a serem executados nas dependências da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Roraima – SFA/RR, no município de Boa Vista, bem como nos postos das unidades localizadas nos municípios de Pacaraima e Bonfim.

A opção pela contratação direta por meio de pregão eletrônico decorre da necessidade de assegurar a continuidade da prestação dos serviços, considerando que o contrato atualmente vigente encontra-se em fase final de vigência, com prazo inferior a 30 dias para encerramento, o que demanda a adoção de procedimento célere para a formalização de novo ajuste contratual.

Ressalta-se, ainda, que a contratação destina-se exclusivamente ao atendimento das necessidades da SFA/RR e de suas unidades administrativas, não havendo previsão de participação de outros órgãos no certame.

Natureza do serviço

A prestação do serviço em pauta caracteriza-se como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Trata-se, ainda, de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, considerando que os profissionais permanecerão à disposição da Administração para execução das atividades contratadas, conforme definido na Instrução Normativa SEGES nº 05/2017.

Ademais, o serviço possui natureza continuada, pois sua ausência ocasiona prejuízos ao funcionamento das atividades administrativas, impedindo a adequada execução das rotinas institucionais. Dessa forma, com fundamento no art. 15 da referida norma, pela sua essencialidade, o serviço visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro.

Regime de execução

O regime de execução será o da empreitada pelo preço global uma vez que as características qualitativas e quantitativas do objeto serão previamente definidas no edital, permitindo-se aos licitantes a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros.

A escolha por esse regime, gera maior vantajosidade para Administração, uma vez que a empresa pode condicionar sua proposta em menor valor, visto a quantidade de postos a serem fornecidos.

Acrescenta que a escolha da modalidade e agrupamento dos itens, gera melhores condições de fiscalização e gerenciamento do contrato.

Habilitação e qualificação técnica

A contratação deverá ser realizada com empresa especializada e com experiência comprovada, por meio de apresentação de atestado de capacidade técnica;

Para fins da comprovação de que trata este item, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

Comprovação que já executou contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, admitido o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado.

Admite-se, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

O atestado de capacidade técnico-operacional deverá referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no Contrato social vigente.

Em virtude dos serviços objeto do contrato contemplar o uso de materiais químicos em volume concentrado, não sendo caracterizados de uso doméstico, nos quais, necessita de diluição para sua utilização, será exigido prova de regularidade do profissional Químico responsável técnico da empresa Contratada, bem como o registro da empresa junto ao Conselho de Química de modo a demonstrar as condições de execução do contrato sem que haja prejuízo aos colaboradores terceirizados, servidores e público geral que utiliza das instalações da Superintendência;

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

De acordo com os itens 4.1 a 4.7 e 10.6 do ANEXO VII-A da IN SEGES 05/2017, será exigido do licitante:

Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006;

Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no ato convocatório e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento;

Declaração, sob as penas da lei, de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Declaração para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa/SLTI nº 2, de 16 de setembro de 2009;

Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Declaração informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato;

A exigência de instalação de escritório no Estado de Roraima justifica-se pela necessidade de atendimento imediato às demandas da Administração, fiscalização presencial, substituição de empregados e solução de ocorrências operacionais, considerando tratar-se de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra, de natureza continuada, cuja execução exige suporte administrativo local.

Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;

Comprovação de profissional Engenheiro Químico ou Químico devidamente registrado no respectivo conselho profissional e que seja o responsável técnico da empresa para realizar as diluições de produtos concentrados de uso industrial, além das orientações de utilização. Justificado pela Lei Federal nº 2.800/1956 que estabelece que empresas ou entidades que explorem serviços nos quais sejam necessárias atividades de química devem provar perante os conselhos que estas atividades são exercidas por profissionais habilitados e registrados.

Além da necessidade de apresentar as declarações citadas nos anexos da IN SEGES 05/2017, o licitante deverá apresentar, também:

Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme Anexo II.

Declaração de Não Parentesco, em atendimento ao art. 7.º do Decreto n.º 7.203, de 4/6/2 Anexo III. 010, conforme iii.

Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato

Declaração de que tem pleno conhecimento de que o quantitativo dos materiais de fornecimento mensal será apenas estimativo e de que o valor mensal a ser pago pela contratante, pelos serviços prestados, não será fixo, conforme Anexo IV.

Nas licitações realizadas na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, as declarações deverão ser apresentadas no momento do cadastramento da proposta, para os demais casos deverão ser apresentados juntamente com as propostas de preços na sessão pública.

Garantia de execução contratual

Será exigido da contratada a apresentação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, da prestação de garantia de execução, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

Regime de dedicação exclusiva

Trata-se de uma contratação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que, de acordo com a IN SEGES n.º 5/2017:

Os empregados da contratada deverão ficar a disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

A contratada não poderá compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

A contratada deverá possibilitar a fiscalização pela contratante quanto a distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Os serviços poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos itens acima.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. É vedado a utilização, na execução dos serviços, de colaborador que seja familiar de agente público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de julho de 2010.

A contratada deverá apurar se algum de seus colaboradores contratados se enquadrem na vedação em tela, inclusive, sempre que houver alteração com a troca de funcionários.

De acordo com o ANEXO VI-B da IN 05-2017 os serviços devem ser contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação. Contudo, para a presente contratação, o custo com a área de serviço servirá de base para estimarmos o valor mensal do contrato, visto que a contratação com unidade de medida “mês” se mostrou mais prática e acessível para as especificidades desta Instituição.

Conta vinculada

O pagamento pelo Contratante dos valores destinados ao pagamento de férias e um terço constitucional de férias, 13º (décimo terceiro) salários e verbas rescisórias dos trabalhadores da Contratada deverá ser feito em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, conforme previsto na IN SEGES /MPDG nº 005/2017.

A escolha pela conta depósito vinculada se justifica pelo motivo da SFA-RR já possuir Acordo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira e já deter o conhecimento básico acerca da sua operacionalização, o que agiliza e facilita os procedimentos, haja vista o quadro reduzido de servidores e o acúmulo de trabalho.

Fornecimento de materiais, uniformes e EPI's

Além da mão de obra, haverá a necessidade de fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, uniformes e EPI's necessários para a execução das atividades dos postos envolvidos.

Os uniformes deverão ser fornecidos novos e completos, para início do contrato. Os fardamentos devem estar em acordo com as atividades laborais a serem desenvolvidas nos postos de trabalho.

Os EPIs também deverão ser fornecidos em quantidade e periodicidade de acordo com as demandas e serviços executados.

A relação de materiais, ferramentas, equipamentos e uniformes constante no Anexo I possui caráter estimativo, devendo a futura contratada prever, em sua proposta, todos os insumos necessários à plena execução do objeto, ainda que não expressamente listados.

Embora os materiais de higiene pessoal, tais como papel higiênico, sabonete líquido e papel toalha, não componham, em regra, o núcleo técnico do serviço de limpeza e conservação, sua disponibilização é indispensável para o regular funcionamento das atividades administrativas do órgão. Tais insumos são essenciais para assegurar condições mínimas de higiene, saúde e bem-estar aos servidores, colaboradores e usuários, em conformidade com as normas de saúde ocupacional e sanitária vigentes.

A não disponibilização desses materiais implica riscos relevantes à Administração, tais como comprometimento do ambiente laboral, aumento da exposição a agravos à saúde coletiva, elevação do absenteísmo e impactos negativos à eficiência administrativa, além de afronta aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência e da dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, ainda que tais materiais não integrem diretamente o escopo técnico do serviço de limpeza e conservação, configuram-se como insumos indispensáveis ao apoio administrativo, sendo tecnicamente justificável sua inclusão na contratação, com vistas à mitigação de riscos operacionais e à garantia do adequado funcionamento das atividades institucionais.

Adicionalmente, a opção pela agregação dos materiais de higiene à composição dos custos do serviço mostra-se a solução mais adequada sob o aspecto técnico e operacional, uma vez que o fracionamento da contratação aumentaria significativamente o risco de descontinuidade no fornecimento, podendo ocasionar inexecução parcial ou total dos serviços, o que se revela incompatível com a natureza essencial das atividades desempenhadas pela Superintendência.

A contratada deverá arcar com os custos dos itens não previstos em sua proposta, mas que forem essenciais para a execução das atividades.

A periodicidade da entrega dos materiais, ferramentas, equipamentos e uniformes foi calculada sobre produtos fabricados com materiais de primeira linha, de alta durabilidade. Na ocorrência dos mesmos apresentarem-se impróprios ao uso, deverão ser substituídos, sem ônus para a Administração.

Os materiais, equipamentos e ferramentas serão inseridos na Planilha de custos e formação de preços da mão de obra de todos os postos e o cálculo dos custos tomará por base o valor dos mesmos, sua vida útil e valor residual.

Esta administração considerará a porcentagem de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) para cálculo da manutenção dos equipamentos e a seguinte fórmula para cálculo do valor da depreciação: “[valor total do equipamento x (1,00 - valor residual)] / (12 x tempo de vida útil)”;

Para definição do prazo de vida útil e taxa anual de depreciação foi considerado o prazo de 60 (sessenta) meses, tendo em vista este ser o prazo máximo de vigência que um contrato da administração pública pode atingir.

Para os uniformes e EPI's, o valor a ser considerado será o total dos itens, dividido por 12 meses, e o resultado, dividido pelo número de postos, constará na planilha de custos e formação de preços da mão de obra.

Ao final da vigência contratual será realizado um levantamento dos insumos da relação de materiais anual que não foram fornecidos pela contratada, porém pagos em sua totalidade pela contratante, para que possa ser feita a devida glosa no último faturamento.

Os quantitativos de equipamentos, ferramentas e demais materiais, são meramente estimativos e, no caso dos materiais de fornecimento mensal, serão faturados por medição, ou seja, será efetuado o pagamento conforme a quantidade efetivamente entregue no mês, após conferência pela FISCALIZAÇÃO.

Transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

Não se aplica ao serviço pleiteado, tendo em vista tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária transferências de conhecimentos entre elas, após finalização do contrato.

Duração inicial do contrato

A contratação inicial terá duração de 12 (doze) meses, período padrão para análise da qualidade dos serviços prestados e posterior decisão sobre possíveis prorrogações de acordo com a conveniência, oportunidade e vantajosidade da contratação, podendo ser prorrogada por até 10 (dez) anos, conforme art. 107 da Lei 14.133/2021.

Crítérios e práticas de sustentabilidade

Em observância à Instrução Normativa MPOG nº 01/2010, ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (7ª edição, outubro de 2024), à Lei nº 12.305/2010 e à Instrução Normativa nº 5/2017 SEGES/MPDG, a empresa contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, observando, no que couber, as seguintes diretrizes:

I – Otimização do uso de recursos e redução de desperdícios e poluição

- a) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração na fonte geradora e promover a coleta seletiva do papel destinado à reciclagem, encaminhando-os às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, nos termos da legislação vigente;
- b) Acondicionar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis, de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;
- c) Racionalizar a utilização de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, priorizando, sempre que possível, sua substituição por substâncias atóxicas ou de menor toxicidade;
- d) Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que atendam às classificações e especificações estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- e) Adotar medidas para racionalização do consumo de energia elétrica e de água tratada, evitando desperdícios;
- f) Promover programa interno de treinamento de seus empregados, preferencialmente nos primeiros meses de execução contratual, com vistas à redução do consumo de energia elétrica, de água e da geração de resíduos sólidos;
- g) Realizar capacitação periódica dos empregados quanto às boas práticas de sustentabilidade, redução de desperdícios e prevenção da poluição;
- h) Utilizar, sempre que possível, água de reuso ou proveniente de outras fontes alternativas, desde que observadas as normas sanitárias e ambientais aplicáveis;
- i) Observar a legislação ambiental vigente quanto aos níveis de ruído emitidos por equipamentos utilizados na execução dos serviços;
- j) Fornecer aos empregados os equipamentos de proteção individual necessários à execução segura das atividades;
- k) Observar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT relativas ao manejo e destinação de resíduos sólidos;
- l) Adotar procedimentos adequados para descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como:

pilhas e baterias que contenham chumbo, cádmio ou mercúrio, que deverão ser encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelos fabricantes;

lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, que deverão ser separados e acondicionados em recipientes apropriados para destinação ambientalmente adequada;

pneumáticos inservíveis, que deverão ser destinados conforme a legislação ambiental vigente.

II – Outras boas práticas

A contratada deverá adotar boas práticas de sustentabilidade ambiental durante toda a execução contratual, buscando reduzir impactos ambientais decorrentes da prestação dos serviços.

III – Demais exigências

A execução dos serviços deverá observar, ainda, as diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas nos instrumentos normativos aplicáveis às contratações públicas e nas orientações constantes dos Cadernos de Logística da Administração Pública Federal, no que couber ao objeto da contratação.

Jornada de trabalho e Banco de Horas

A jornada de trabalho adotada será de 40 horas semanais.

Para cálculo do número de vales-transportes a serem concedidos aos trabalhadores, serão considerados 21 dias úteis, para um posto de trabalho de 40h, utilizando-se a seguinte fórmula: $[(365 / 7) \times 5 - 9] / 12 = 20,97$ dias, onde:

365 = número de dias no ano

7 = número de dias na semana

5 = número de dias de úteis (segunda a sexta)

9 = número de feriados nacionais em dias úteis (média)

12 = número de meses no ano

Assim, a quantidade de vales-transportes será de 42, mensais.

O horário de trabalho será definido pela administração da SFA-RR, de acordo com a necessidade e horário de funcionamento da Instituição.

Os serviços serão realizados de segunda-feira a sexta-feira.

Horas excedentes deverão ser compensadas, preferencialmente, via Banco de Horas, com compensação dentro de, no máximo, seis meses, conforme Lei nº 13.467/2017, que trata da reforma trabalhista.

Para fins de compensação via Banco de Horas, a contratada deverá apresentar acordo individual escrito, devidamente assinado pelas partes (contratada e empregado). Tal medida se justifica em razão das atividades eventuais que poderão ser realizadas em feriados e finais de semana.

Não haverá previsão de pagamento de horas-extras.

Os postos poderão ser dispensados em dias de ponto facultativo, a critério da Administração e, assim como nos feriados, a dispensa dos colaboradores acarretará no desconto para o colaborador e, conseqüentemente, na glosa correspondente na nota fiscal, das despesas com auxílio-alimentação e auxílio-transporte, de acordo com a Nota Técnica nº 66/2018 - Delog/Seges/MP.

De acordo com a Orientação Normativa/SLTI nº 3, de 10/09/2014, nos contratos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra deverá haver o desconto na fatura a ser paga pela Administração Pública, do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987

Em caso de diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver, deve ser observada a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 81, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024, que dispõe sobre as regras e procedimentos para a possibilidade de compensação de jornada nos contratos de prestação de serviços contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Atendimento às Normas Regulamentadoras

Em atendimento às Normas Regulamentadoras que tratam da Segurança do Trabalho, a Contratada deverá apresentar os documentos abaixo, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do Contrato:

PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambiental;

PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional;

LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho;

Ficha de EPI – Equipamento de Proteção Individual;

Caso o LTCAT, realizado por profissional competente e registrado no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, após submetido à aprovação da Contratante, conclua pela insalubridade e/ou periculosidade inicialmente não dimensionados, o impacto financeiro no valor anual do contrato, para inclusão desses adicionais, com os devidos ajustes para inclusão em planilha de formação de preço, será realizado através de Termo Aditivo.

Advertimos que o Acórdão n. 1.496/2023- Plenário reafirma que a definição dos percentuais deve ser definido via laudo pericial, alertando que a falta deste documento no edital inviabiliza a formulação das proposta. Acrescentando que em regra geral, a Administração Pública deve possuir o LTCAT antes da publicação da licitação, evitando que as empresas cotem valores baseados em suposições.

O referido Acórdão em consonância com o Acórdão n. 727/2009 - Plenário, admite que a responsabilidade pela elaboração e apresentação do laudo seja transferida à empresa vencedora, desde que ele seja registrado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE por profissional devidamente habilitado junto ao seu respectivo conselho de classe.

Vislumbrado a carência de recursos, urgência da contratação, ausência de parceria com outros órgãos para realização do respectivo laudo e, Considerando que esta Comissão de Planejamento desconhece a existência de profissionais médicos ou engenheiros nos quadros de servidores da SFA/RR, atualmente, com habilitação do Ministério do Trabalho para emissão de Laudo Técnico de Insalubridade/Periculosidade, justifica-se a necessidade de atribuir essa responsabilidade às empresas licitantes, no momento da formulação das propostas e visita técnica aos locais da prestação dos serviços planejados dos ambientes com exposição ao risco nas dependências da SFA/RR e suas unidades nos municípios de Pacaraima e Bonfim, atendendo o disciplinado nas jurisprudências do TCU: Acórdão 280/2021-Plenário, Acórdão 727/2009-Plenário e Acórdão 1.496/2023-Plenário, transferimos o encargo à contratada dia da impossibilidade da Administração proporcionar o laudo.

A contratada fica obrigada a fornecer e treinar os empregados quanto ao uso e armazenamento, higienização e substituição dos EPIs para realização de atividades que exponham o trabalhador a riscos. **O fornecimento dos EPIs pela contratada independe de previsão dos itens pela Administração.**

É vedado que a diluição e manuseio de produtos químicos em estado concentrado e identificados como uso industrial seja realizado por outro colaborador que não seja o Profissional com formação técnica para tal atividade - Engenheiro Químico ou Químico.

Dos postos

Os empregados a serem alocados na execução dos serviços, de acordo com as atividades a serem desenvolvidas, deverão atender às especificações e requisitos estabelecidos conforme Quadros abaixo:

Quadro 1

Posto	Encarregado de limpeza
Código CBO (Portaria MTE nº 397/2002)	5143-15
Jornada de trabalho	40h semanais
Grau de instrução	Ensino médio completo
Exigência legal	-
Experiência	-

Conhecimento	-
Descrição sumária	Supervisiona as rotinas e acompanha os serviços de limpeza. Verifica se as equipes estão dimensionadas para o volume de atividades, controlando assiduidade, pontualidade e reposição de quadros. Controla estoque de equipamentos, uniformes e insumos.
Atribuições	- Liderar e orientar a equipe de trabalho na realização das atividades de conservação e limpeza;- Acompanhar o checklist das rotinas;- Controlar a distribuição de materiais e tarefas e escalas de colaboradores.

Quadro 2

Posto	Auxiliar de limpeza
Código CBO (Portaria MTE nº 397/2002)	5143-20
Jornada de trabalho	40h semanais
Grau de instrução	Ensino fundamental completo
Exigência legal	-
Experiência	-
Conhecimento	-
Descrição sumária	Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.
Atribuições	- Executar os serviços de limpeza dos prédios, pátios, escritórios, instalações, salas, etc.- Efetuar a remoção de entulhos de lixo. - Realizar todas as operações referentes à movimentação de móveis e equipamentos, fazendo-o sob orientação direta.- Proceder a lavagem de vidraças e persianas, ralos, assim como desentupir pias e ralos.- Prover os sanitários com toalhas, sabão e papel higiênico, removendo os já servidos.- Informar ao encarregado das irregularidades encontradas nas instalações das dependências de trabalho. - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Quadro 3

Posto	Operador de Roçadeira
Código CBO (Portaria MTE nº 397/2002)	6220-20
Jornada de trabalho	40h semanais
Grau de instrução	Ensino fundamental completo
Experiência	Experiência com jardinagem, rastelar e trabalhar com a máquina de jardinagem roçadeira
Conhecimento	-
Descrição sumária	Realizar a manutenção de áreas não pavimentadas com vegetação, utilizando instrumentos manuais e mecânicos: capinar os canteiros, podar pequenas árvores, recolher folhas dos canteiros e realizar o recolhimento dos resíduos gerados.

Atribuições	Operar a máquina roçadeira. Corte de gramas e arbustos de maneira ágil e precisa, manutenção, implantação e criação.
-------------	--

Todos os profissionais dos postos contratados deverão cumprir as atividades previstas na Descrição Sumária dos Quadros acima e na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, sem prejuízo de outras previstas em norma específica ou conforme demanda da Administração, desde que as ocorrências não impliquem em desvio ou acúmulo de função. Não obstante, caberá ao preposto da contratada e a fiscalização do contrato a análise da possibilidade de realizar atividades não previstas nos requisitos das atividades a serem desempenhadas, na CBO ou norma específica.

Os casos omissos/divergentes serão resolvidos pela Coordenação de Gestão de Contratos e o Fiscal do Contrato, a Coordenação Administrativa e, em última instância, pela Autoridade Superior da Contratante.

O rol de tarefas e de periodicidade listados neste estudo é exemplificativo, não excluindo nem restringindo outras, não constantes nele, que podem ser expedidas, oportunamente, a critério da Administração, bem como uma frequência diferenciada daquela determinada, em razão de necessidade e de adequação dos serviços, para que estes atendam a contento à demanda pelos serviços, a critério da Administração.

Do índice de reajustamento do contrato

Deverá ser adotado como índice de reajustamento dos valores contratados o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A escolha do IPCA/IBGE se dá em virtude de o índice de preços ter como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionária de serviços públicos e internet e sua coleta estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência, além de garantir uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC.

Repactuação

Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando o cenário brasileiro no que tange às empresas terceirizadas, tem-se que há total domínio do mercado sobre o objeto a ser contratado, uma vez que existem inúmeras empresas, em nível nacional, regional e estadual, disponíveis, a qualquer tempo, para atendimento desse tipo de demanda. Tal fato, por si só, confere a possibilidade de ampla participação na licitação de empresas especializadas, favorecendo a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa.

Solução 1 – Contratação do serviço de limpeza, higienização e asseio com fornecimento de materiais, equipamentos e ferramentas.

É a que melhor atende às necessidades da Administração, considerando que o gerenciamento centralizado dos serviços de limpeza com o fornecimento dos materiais.

Ademais, as empresas de limpeza adquirem material em quantidade muito superior às necessidades de determinada unidade, visto que detêm vários contratos, podendo, assim, obter preços mais reduzidos que a Administração.

O perfil da demanda da Superintendência de Agricultura no Estado de Roraima - SFA-RR e de suas unidades para os serviços de limpeza, conservação, asseio e higienização das instalações exige que seja prestado com fornecimento de mão de obra, pois não seria razoável que o serviço fosse prestado sob a sistemática de acionamentos em datas determinadas uma vez que há contínua necessidade dos serviços a serem contratados.

Pelo exposto, a contratação de empresa terceirizada especializada na prestação dos serviços a serem contratados justifica-se como a solução mais eficiente e eficaz para as necessidades da Administração.

Registre-se que os materiais de higiene pessoal, a exemplo de papel higiênico, sabonete líquido e papel toalha, não integram, como regra, o núcleo do serviço de limpeza e conservação, razão pela qual não são caracterizados como insumos do serviço. Sua previsão no escopo da contratação decorre de opção de gestão contratual, considerando sua utilização contínua nos ambientes atendidos e a necessidade de reposição coordenada, mantendo-se sua alocação em itens próprios.

Identificou-se, ainda, que parte dos materiais, equipamentos e ferramentas empregados na execução contratual é custeada com base em critérios de depreciação e manutenção, não havendo obrigatoriedade de aquisição definitiva ao término do período contratual de 12 (doze) meses. Essa característica contribui para a redução dos custos globais da contratação, especialmente diante do aumento dos insumos exigidos para a adequada prestação dos serviços.

Considerando a natureza continuada do objeto e a demanda recorrente pelos serviços e insumos necessários à adequada manutenção das instalações da Administração, verificou-se que a solução mais adequada consiste na realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço, visando à contratação de empresa especializada para a prestação continuada dos serviços.

Ademais, considerando a integração operacional entre os itens que compõem o objeto e a inviabilidade técnica de adjudicação isolada sem prejuízo à adequada execução contratual, admite-se a adoção do julgamento por grupo de itens, desde que demonstrada sua vantagem técnica e econômica, de modo a assegurar a eficiência administrativa e a adequada prestação dos serviços nas unidades atendidas.

Solução 2: Aquisição de serviço de limpeza e higienização, sem a inclusão de materiais.

Descrição: Nesta modalidade para aquisição dos materiais de consumo de limpeza seria necessária a realização de uma segunda licitação.

Levando em consideração o RELATÓRIO TÉCNICO 12º - CONSOLIDAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE CUSTOS - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o qual informa que o custo para realização de um Pregão Eletrônico é de aproximadamente R\$ 20.698,00 e Pregão por SRP aproximadamente R\$ 32.187,00, verificamos que os custos para se adquirir os insumos não traria vantagem para a contratação, haja vista que dentre esses insumos, há aqueles com vida útil considerável, que não necessitariam serem adquiridos e compor o patrimônio ou o almoxarifado da Instituição, como aspirador de pó ou lavadora a jato.

Outrossim, a aquisição dos insumos por licitação própria ainda traz riscos como: atrasos de entregas, falta de produtos de limpeza ou itens desertos ou fracassados na licitação, o que é comum, por se tratar de quantidades não expressivas, além de aumentar o volume de itens no almoxarifado majorando a carga de trabalho do setor.

Solução 3: Aquisição de serviço de limpeza por posto de trabalho

Descrição: Esta metodologia não é recomendada para o objeto a ser contratado, conforme IN SEGES 05 /2017, Anexo VI-B, 2, que traz a seguinte afirmação: “Os serviços serão contratados com base na Área Física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a

produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação”.

Além disso a limitação dos postos impede que a empresa possa ponderar qual a força de trabalho necessária para execução dos serviços e impossibilita o adimplemento de inovações tecnológicas para aumentar a produtividade, já que os quantitativos de pessoal estarão fechados.

Análise das alternativas existentes: Ao observar as soluções postas, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os aspectos legais implícitos, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela **solução 1**.

O próprio histórico de contratação dos serviços de limpeza e conservação predial pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, demonstra a capacidade do mercado fornecedor atender satisfatoriamente e sem nenhuma dificuldade as necessidades dos órgãos e entidades, no formato descrito na solução 1.

A presente contratação consiste, basicamente, na alocação de empregados para a execução dos serviços, pela empresa contratada, ressaltando-se que as contratações pretendidas não possuem exigências ou especialidades complexas que dificultem os fornecedores recrutarem e contratarem as pessoas que irão desenvolver as atividades, ressaltando que a solução apresentada e descrita no item seguinte é a forma usual e já sedimentada nos órgãos e entidades.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Trata-se da contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação, com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva e de todos os materiais necessários para a prestação do serviço, que deverá manter seus funcionários registrados e regularizados durante toda a execução contratual.

Os serviços de limpeza, asseio e conservação serão contratados com base na Área Física a ser limpa, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local, objeto da contratação.

O Código Brasileiro de Ocupações (CBO) das categorias prestadoras dos serviços, bem como carga horária, são as seguintes:

Serviço	CBO	Título	Carga horária	CCT
Limpeza	5143-20	Auxiliar de limpeza	40h semanais	RR000011/2026
Limpeza	5143-15	Encarregado de limpeza	40h semanais	RR000011/2026
Limpeza	6220-20	Operador de roçadeira	40h semanais	RR000011/2026

Para controle da jornada de trabalho, será utilizado equipamento de ponto eletrônico a ser fornecido e instalado pela contratada, com as despesas custeadas pela contratada, com os valores diluídos na rubrica custos indiretos da planilha de custos e formação de preços.

Em caso de eventuais impedimentos no registro do ponto no equipamento eletrônico, o registro das horas trabalhadas se dará mediante folha de ponto manual.

Em caso de eventuais problemas no equipamento de ponto eletrônico, as manutenções serão de responsabilidade da contratada.

Os serviços serão prestados em regime de 40 (quarenta) horas semanais, com intervalor para almoço, seguindo as normas vigentes da Consolidação das Leis Trabalhistas e demais legislações vigentes.

Os colaboradores da CONTRATADA serão liberados para almoço, de acordo com a escala de trabalho adotada. O acompanhamento quanto ao cumprimento dos horários é de inteira responsabilidade do encarregado junto com o preposto da empresa, cabendo exclusivamente a este último a reposição de recursos humanos em casos de faltas, interrupção de carga horária ou requisições de serviços suplementares.

A CONTRATADA deverá apresentar o ASO – Atestado de Saúde Ocupacional e a Ficha de EPI – Equipamento de Proteção Individual, no prazo de até 30 (trinta) dias do início da execução dos serviços.

Com base no Caderno de logística: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernosde-logistica/midia/servicos_limpeza.pdf, consta no Anexo VI a descrição sumária dos serviços.

Quanto a avaliação da execução dos serviços:

A Administração designará, formalmente, servidor(es) responsável(is) pela gestão e fiscalização do contrato;

Tendo em vista tratar-se de faturamento mensal, a gestão e fiscalização será realizada de forma a avaliar a execução dos serviços ao longo de um mês e, ao final deste, deverá ser emitido relatório circunstanciado acerca dos resultados apresentados;

A avaliação terá como base a descrição da execução dos serviços constante neste Estudo, bem como nas demais obrigações da contratada;

Para auxiliar na avaliação, será utilizado o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme Anexo V, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade inferior à demandada

Dos uniformes

Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no Órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

Os uniformes serão usados pelos empregados da Contratada, que forem desempenhar suas atividades nas dependências da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Roraima - SFA-RR, município de Boa Vista, e os postos das unidades nos municípios de Pacaraima e Bonfim, cabendo ao encarregado da Contratada a observância quanto ao cumprimento diário desta exigência.

Advertimos que, em virtude das unidades serem sediadas em municípios distintos, a obrigatoriedade da fiscalização diária das atividades do encarregado será exigida somente na unidade da SFA/RR, sendo as demais unidades, fiscalizadas de acordo com cronograma previamente definido com o fiscal do contro.

O conjunto de uniforme deverá compreender as peças do vestuário listadas no Anexo I do Termo de Referência.

Pequenos ajustes nos uniformes, como bainhas, pines, etc, poderão ser feitos pelo próprio funcionário, que deverá apresentar um recibo à fiscalização, a qual solicitará à empresa Contratada o devido ressarcimento, integral, sem qualquer tipo de desconto, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data notificação.

Todos os prestadores de serviço serão obrigados a portar uniforme e EPIs adequados ao desenvolvimento das atividades durante a jornada de trabalho;

Todos os EPIs necessários à execução dos serviços deverão ser fornecidos pela Contratada e alguns desses EPI's foram previstos nas relações de equipamentos, ferramentas e materiais, contudo, esses itens são meramente exemplificativa.

Se necessário, a Contratada deverá informar os EPIs que serão utilizados pelo pessoal e qual a regularidade de troca de cada um deles.

Todos os EPIs deverão ter certificado de aprovação do MTE.

Dos materiais

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Todos os produtos relacionados deverão ser de primeira qualidade e sujeitos à prévia aprovação da contratante, devendo ser entregues em depósito localizado nas dependências da contratante, até o primeiro dia útil do mês de execução dos serviços, para os materiais com fornecimento mensal e em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação, para os demais materiais;

A descrição de marca de produto destina-se a referenciar aspectos de qualidade e produtividade já aprovados pela fiscalização, a partir de testes e aprovação de várias marcas utilizadas na execução dos serviços;

Baseando-se nas planilhas de preços e consumo estimado de materiais, será verificada a eventual existência de saldos que poderá implicar redução equivalente no valor da fatura;

Os produtos fornecidos pela contratada não deverão ser de fabricação própria ou caseira.

Em caso de necessidade de diluição de materiais de consumo a serem aplicados na execução do objeto do Contrato, deverá ser obedecida, pela Contratada, a proporção recomendada pelo fabricante dos referidos produtos, sempre com a execução/acompanhamento do profissional responsável técnico da empresa.

Os produtos utilizados devem seguir, rigorosamente, as orientações do fabricante.

A especificação dos equipamentos é estimativa. Cabe à contratada considerar em sua proposta a relação de quaisquer outros equipamentos de que necessite para a correta prestação dos serviços.

É de inteira responsabilidade da contratada treinar e orientar os funcionários para a adequada manipulação dos saneantes, inclusive no armazenamento, no transporte, nos processos de diluição e na utilização dos equipamentos de proteção individual.

A contratada deve-se atentar à Norma Regulamentadora N° 32 (e suas atualizações), que dispõe sobre a segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde.

O descarte das embalagens e de outros resíduos domissanitários deve ser de responsabilidade da contratada e esta deverá, obrigatoriamente, fornecer certificado de destinação correta dos mencionados resíduos.

A contratada deverá utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Resolução RDC N° 35 /2008 da ANVISA e atualizações.

Deverão ser fornecidos todos os materiais de consumo necessários à perfeita prestação dos serviços. **No anexo I do Estudo Técnico Preliminar - Relação de materiais e uniformes.** (SEI nº 49906567) - consta relação exemplificativa com quantitativo estimado, sendo que os produtos relacionados são apenas indicativos e não exaustivos, cabendo a devida adequação e dimensionamento pela licitante para a boa prestação dos serviços.

Os equipamentos e ferramentas utilizados para execução das atividades deverão permanecer nas instalações da contratante.

Os equipamentos e ferramentas danificados, furtados ou extraviados deverão ser repostos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da ciência do ocorrido.

É de inteira responsabilidade da contratada as despesas provenientes do transporte dos equipamentos e ferramentas, bem como a instalação dos materiais que se fizerem necessários.

Os equipamentos elétricos devem ser compatíveis com tomadas 110/220v de 3 pinos.

As quantidades relacionadas são estimativas e podem sofrer alterações de acordo com as necessidades da Contratante. As variações de consumo serão acompanhadas por servidor designado pela Administração – Gestor/Fiscal Técnico do Contrato – **que ficará encarregado de solicitar as devidas compensações.**

Ao término da vigência contratual, havendo estoque remanescente dos materiais cujo valor foi integralmente pago ao longo da vigência, este será da Contratante.

Ao do final da vigência contratual será realizado um levantamento dos insumos da relação de materiais anual que não foram fornecidos pela contratada, porém pagos em sua totalidade pela contratante, para que possa ser feita a devida glosa no último faturamento.

Os equipamentos a serem fornecidos pela Contratada deverão ser disponibilizados dentro do prazo de vida útil estimada e deverão ser substituídos sempre que apresentarem defeito e necessitarem de manutenção corretiva.

As ferramentas e maquinários a serem fornecidos pela Contratada, cujo custo recai sobre a depreciação e manutenção, são de propriedade da mesma, podendo ser utilizados em outros locais de serviço e necessitando estar disponíveis aos colaboradores da Contratada quando da realização dos serviços na sede da Contratante.

Os equipamentos que porventura venham a ser substituídos devem ter sua usabilidade comprovada, com demonstração de suas especificações, folders e, de preferência, eficiência comprovada através da utilização em outros órgãos/empresas ou demonstração na própria unidade da Contratante.

Todos os materiais devem ser disponibilizados à contratante dentro do prazo de validade recomendado pelo fabricante.

A relação de insumos, materiais e equipamentos (ferramentas e utensílios) necessários, nas quantidades estimadas e qualidades mínimas aceitáveis, a serem fornecidos e disponibilizados pela Contratada encontra-se descrito no Anexo I - Relação de materiais e uniformes. (SEI nº 49906567), e relacionados nas Planilhas de Custos e Formação de Preços descrevendo as qualidades e quantidade exigidas.

Os quantitativos de materiais, constantes nos Anexo I - Relação de materiais e uniformes. (SEI nº 49906567), foram estimados e informados com o intuito de auxiliar as proponentes, no momento de elaboração de suas propostas, na formação dos custos com base no histórico de consumo observado durante a vigência do Contrato n. 01/2022 (21048.000416/2021-94), encerrado no ano 2025 .

Durante a execução dos serviços, por terem sido estimados, os quantitativos poderão variar para mais ou para menos, de maneira que a Contratada deverá fornecer os quantitativos necessários à perfeita execução dos serviços, devendo a Contratante arcar inteiramente com os custos no caso de necessidade de quantitativos maiores que os estimados.

Quando da entrega dos materiais, será verificado se foi utilizado todo o quantitativo entregue no mês, trimestre ou ano anterior. Caso haja materiais não utilizados, será feita a reposição apenas do quantitativo que faltar para o estimado, a fim de evitar desperdícios com o acúmulo de materiais desnecessários, bem como haver uma compensação para quando houver necessidade de quantitativos maiores que o estimado.

O faturamento decorrente da aquisição dos insumos será efetuado mensalmente conforme as Notas Fiscais de aquisição dos insumos entregues.

Os equipamentos serão da Contratada e serão apenas disponibilizados à Contratante para a execução dos serviços, de modo que será admitida somente a cobrança dos custos mensais referentes à manutenção e à depreciação dos supracitados equipamentos, os quais encontram-se incluídos nas Planilhas de Custos e Formação de Preços.

A responsabilidade pela guarda, em local a ser reservado pela Contratante, e pelo manuseio dos equipamentos é da Contratada.

A Contratada deverá providenciar, durante a execução contratual, a substituição de qualquer equipamento defeituoso no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, admitida a prorrogação deste mediante apresentação de justificativa a ser analisada, e se for o caso, aceita pela Contratante.

Eventualmente, poderá ser necessária para a perfeita execução dos serviços a utilização de equipamentos não relacionados no Anexo constante do instrumento editalício, de modo que a Contratada deverá providenciar a disponibilização dos mesmos sem ônus para a Contratante.

A Contratada deverá identificar seus equipamentos a fim de não se confundirem com bens patrimoniais pertencentes à Contratante.

No caso de encerramento do contrato, a Contratada deverá providenciar a retirada de seus equipamentos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

A entrega dos insumos, materiais e equipamentos (ferramentas e utensílios) obedecerá a programação a ser previamente estabelecida com a Fiscalização do Contrato, devendo a Contratada responsabilizar-se pelo transporte, entrega, recebimento, controle de estoque, distribuição e instalação em todos os locais de execução dos serviços, cabendo à Contratante realizar o devido acompanhamento.

Mesmo que os insumos, materiais e equipamentos sejam entregues pelo fornecedor da Contratada diretamente nos locais de prestação dos serviços, a Contratada continua sendo a responsável pelo transporte, entrega, recebimento, controle de estoque, distribuição e instalação nos locais de execução dos serviços, cabendo à Contratante realizar o devido acompanhamento.

Os insumos, materiais e equipamentos (ferramentas e utensílios) fornecidos pela Contratada deverão ser de primeira qualidade, licenciados e aprovados, quando exigido pela legislação pertinente, pelos órgãos competentes para tal, de maneira a não prejudicar a execução dos serviços ora contratados. Em relação ao fornecimento de insumos, materiais e equipamentos (ferramentas e utensílios) deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental relacionados nas obrigações da contratada e demais normas legais vigentes.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Para definição das quantidades, primeiramente, verificamos o que consta na IN SEGES 05/2017 e no Caderno de logística: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO no endereço eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/gestorpublico>, no que se diz respeito a contratação dos serviços de limpeza, conservação e higienização.

Conforme ANEXO VI-B da IN e o Caderno de logística, os serviços podem ser contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

A metragem das áreas interna, externa e esquadrias desta SFA são as seguintes:

PRODUTIVIDADE ESTIMADA						
AGENTE DE LIMPEZA (CBO 5143-20)						
ITEM	DESCRIMINAÇÃO	UND	QNTD	REFERÊNCIA	FAIXA REFERENCIAL (IN 05/2017)	QTDE ESTIMADA
SEDE DA SFA-RR						
1	ÁREAS INTERNAS	M²	1.903,00			
	Piso Frio	M²	1.843,00	1200	800 A 1200	1,54
	Banheiro	M²	60,00	300	200 A 300	0,2
	ÁREAS EXTERNAS	M²	12.191,00			
	Piso Pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	M²	2.910,00	2700	1800 A 2700	1,08
	Varrição de arruamentos	M²	9.281,00	2700	1800 A 2700	3,44

	Esquadrias externas face interna e externa, sem exposição a risco (periodicidade 16 horas/mês)	M²	365,13	300	300 A 380	0,1
Total aproximado de Agente de Limpeza/número mínimo para executar o objeto						6,36
POSTO VIGIAGRO - PACARAIMA						
2	ÁREAS INTERNAS	M²	147,90			
	Piso Frio	M²	129,40	800	800 A 1200	0,16
	Banheiro	M²	18,50	300	200 A 300	0,06
	ÁREAS EXTERNAS	M²	1004,60			
	Piso Pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	M²	1.004,60	1800	1800 A 2700	0,56
	Varrição de arruamentos	M²	0	1800	1800 A 2700	0
	Esquadrias externas face interna e externa, sem exposição a risco (periodicidade 16 horas/mês)	M²	73,80	300	300 A 380	0,02
Total aproximado de Agente de Limpeza/número mínimo para executar o objeto						0,80
POSTO VIGIAGRO - BONFIM						
3	ÁREAS INTERNAS	M²	322,65			
	Piso Frio	M²	310,15	800	800 A 1200	0,39
	Banheiro	M²	12,50	300	200 A 300	0,04
	ÁREAS EXTERNAS	M²	380,00			
	Piso Pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	M²	380,00	1800	1800 A 2700	0,21
	Varrição de arruamentos	M²	0	6000	6000 A 9000	0,0
	Esquadrias externas face interna e externa, sem exposição a risco (periodicidade 16 horas/mês)	M²	37,40	300	300 A 380	0,01
Total aproximado de Agente de Limpeza/número mínimo para executar o objeto						0,65
SUBTOTAL						7,81
QUANTIDADE FINAL DE AGENTE DE LIMPEZA A CONTRATAR						8
OPERADOR DE ROÇADEIRA (CBO 6220-20)						

SEDE DA SFA-RR						
4	Serviço de roçagem	POSTO	1	1	1	1
QUANTIDADE FINAL DE OPERADOR DE ROÇADEIRA A CONTRATAR						1
TOTAL						9

Com base na metragem das áreas e produtividades acima, foi possível definirmos o quantitativo de postos de trabalho necessários para execução dos serviços.

Número de Encarregados de Limpeza

Em conformidade com o disposto no item 4, do Anexo VI-B da IN nº 05/2017, **foi contabilizado 1 (um) Encarregado para os serviços prestados no município de Boa Vista/RR**

Os postos a serem contratados serão os de Auxiliar de limpeza, CBO 5143-20, Encarregado de limpeza, CBO 5143-15 e Operador de Roçadeira, CBO 6220-20.

Tabela - Quantitativo de postos

Item	Posto	Quantitativo
1	Auxiliar de limpeza	6 - POSTO SFA/RR 1 - POSTO PACARAIMA 1 - POSTO BONFIM
2	Encarregado de limpeza	1 - POSTO SFA/RR
3	Operador de Roçadeira	1 - POSTO SFA /RR
Total:		10

Para a definição do quantitativo de materiais, equipamentos, ferramentas e Uniformes, foi levado em consideração o estudo de consumo de anos anteriores e as necessidades atuais.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor (R\$): 754.622,64

A Planilha de Custo e Formação de Preços da mão de obra se encontram presentes no documento (SEI nº 51120429), resumindo-se aos valores apresentados na tabela abaixo:

VALOR REFERENCIAL						
item	Descrição/Especificação	CATSER	Unidade de medida	Quantidade	Valor máximo mensal	Valor máximo anual
1	Prestação de Serviço - Auxiliar de Limpeza 40h - Boa Vista/RR - CBO 5143-20	25194	Posto	6	R\$ 34.553,34	R\$ 414.640,08
2	Prestação de Serviço - Encarregado de Limpeza 40h - Boa Vista/RR - CBO 5143-15		Posto	1	R\$ 6.937,30	R\$ 83.247,60
3	Prestação de Serviço - Operador de Roçadeira 40h - Boa Vista/RR - CBO 6220-20		Posto	1	R\$ 5.959,66	R\$ 71.515,92
4	Prestação de Serviço - Auxiliar de Limpeza 40h - Pacaraima/RR - CBO 5143-20		Posto	1	R\$ 6.100,48	R\$ 73.205,76

5	Prestação de Serviço - Auxiliar de Limpeza 40h - Bonfim/RR - CBO 5143-20	Posto	1	R\$ 6.100,48	R\$ 73.205,76
VALOR TOTAL				R\$ 59.651,26	R\$ 715.815,12

Para a estimativa de preços dos materiais, ferramentas, equipamentos e uniformes, foi realizada pesquisa de preços, com base IN SLTI 65/2021.

Para estimar o valor da mão de obra, em conformidade com o item XXII do Anexo I da IN 05/17, a Convenção Coletiva RR000011/2026, firmada entre o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP. PREST. DE SERV., LIMPEZA URBANA, ÁREAS VERDES, ASSEIO E CONS.E COLOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE TERCEIROS DO ESTADO DE RORAIMA e a FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - FEBRAC, presente na Convenção Coletiva de Trabalho - nº RR000011/2026 (SEI nº 51710150).

A contratada ficará responsável por fornecer todos os equipamentos, ferramentas e materiais necessários para a realização do serviço, sendo os custos repassados para a Administração.

Com base nas contratações anteriores, a Administração elaborou a relação desses materiais, de forma meramente estimativa, a fim de obter uma base de cálculo para definição do valor máximo aceito.

Tendo em vista que as quantidades dos materiais poderão oscilar para mais ou para menos, não se caracterizará consumo fixo de materiais, visto que sua quantidade poderá ser alterada de acordo com as necessidades da Administração.

Inclusive, algumas alterações/substituições poderão ser realizadas pela licitante, caso entenda necessário, quando da apresentação da sua proposta. Ao longo da execução do contrato, caso haja necessidade de alguma alteração, fica condicionado a realização de pesquisa de preços, nos moldes da IN SLTI 65/2021, de forma que a contratada adquira o insumo dentro da margem de preço estabelecida pela administração e não ultrapasse o valor máximo total já definido na proposta apresentada na licitação.

O faturamento dos materiais será realizado com a inclusão dos custos na planilha de custos e formação de preços que compõem o valor do posto.

Para os materiais, equipamentos e ferramentas com vida útil estimada em 5 anos, o faturamento será sobre a manutenção e depreciação.

Para o cálculo dos custos com a manutenção, consideramos a porcentagem de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) sobre o valor dos equipamentos e, para os custos com a depreciação, utilizamos a seguinte fórmula: “[valor total do equipamento x (1,00 - valor residual)] / (12 x tempo de vida útil)”;

Para definição do prazo de vida útil e taxa anual de depreciação foi considerado o prazo de 60 (sessenta) meses, tendo em vista este ser o prazo máximo de vigência que um contrato da administração pública pode atingir.

A partir da média dos valores da pesquisa, conseguimos determinar o valor máximo aceito pela administração.

A planilha de custos e formação de preços da administração, que balizará a licitação, segue anexa Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI nº 51120429).

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Torna-se impertinente a contratação de múltiplos licitantes para o mesmo cargo, atuando em localidades diferentes, sendo assim, visando maior eficiência na gestão e fiscalização do contrato e para atingir a finalidade administrativa almejada, fez-se necessário dividir a solução em 3 (três) itens, de acordo com o objeto da execução dos serviços, que, no entanto, serão agrupados em grupo único, para fins de Sessão Pública do Pregão, vez que trata-se de uma única categoria, bem como torna mais atrativa a participação das empresas do mercado, ampliando a disputa, além de propiciar maior eficiência na Gestão e Fiscalização Contratual.

A opção pela realização de **licitação única**, englobando os **serviços de limpeza e conservação** e o **fornecimento de materiais de limpeza e de higiene pessoal**, decorre de análise realizada no Estudo Técnico Preliminar, nos termos do **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, que avaliou as alternativas de contratação separada e conjunta. Concluiu-se que a modelagem adotada, estruturada em **itens distintos**, é **tecnicamente adequada e economicamente vantajosa** ao porte e às necessidades da Instituição, por favorecer maior eficiência na gestão e fiscalização contratual e a racionalização administrativa, em conformidade com os princípios do **planejamento, eficiência, economicidade e interesse público**, previstos no **art. 11 da Lei nº 14.133/2021**, sem prejuízo à competitividade do certame.

Embora a **Orientação Normativa nº 00001/2021/COORD/E-CJU/SCOM/CGU/AGU** tenha sido editada sob a vigência da Lei nº 8.666/1993, seus fundamentos permanecem aplicáveis à Lei nº 14.133/2021, por se apoiarem nos princípios do **parcelamento do objeto**, do **planejamento da contratação** e da **transparência na estimativa de preços**, atualmente previstos nos arts. **11, 18, 23 e 46** do referido diploma legal.

Ademais, a jurisprudência do TCU admite a possibilidade de não parcelamento para casos de serviços terceirizados sem maior complexidade como é o caso dos presentes autos. Veja-se:

"O parcelamento do objeto deve ser adotado apenas na contratação de serviços de maior especialização técnica, uma vez que, como regra, ele não propicia ampliação de competitividade na contratação de serviços de menor especialização."

Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 7/2018, promovido pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo (Sesi/SP) para a contratação de serviços continuados de portaria, jardinagem, limpeza e conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, em prol das unidades do Sesi nos municípios de Santos, Americana, Nova Odessa e Monte Alto. Entre as irregularidades suscitadas, mereceu destaque a “possível inobservância do princípio do parcelamento do objeto nos critérios utilizados para a definição dos Lotes 1, 2 e 3, considerando, para tanto, as unidades do Sesi abrangidas por cada lote, a diversidade dos itens de serviços a serem contratados (portaria, limpeza, manutenção e jardinagem) e o fornecimento de materiais”. Instado a se manifestar, o Sesi/SP sustentou que “jardinagem, portaria, limpeza e conservação são serviços de baixa complexidade e que não demandam especialização técnica, de modo que a expertise da contratada está no recrutamento e gestão de pessoal, e não propriamente nos serviços continuados disponibilizados ao contratante”. Acrescentou ainda que “conforme jurisprudência sedimentada no âmbito do Tribunal de Contas da União, o parcelamento é desnecessário por não representar qualquer potencial vantagem ao ente contratante, nem estimular qualquer aumento da competitividade”, sendo “intuitivo que a existência de três contratos distintos, nesses casos, significaria custos três vezes maiores para sua gestão, a qual engloba controle diário sobre a efetiva prestação, avaliação do serviço, recebimento e checagem de guias de recolhimento, comprovantes e demais documentos que comprovam a regularidade da empresa no cumprimento de suas obrigações legais e trabalhistas em relação aos seus funcionários, controle de benefícios e demais obrigações definidas por acordo ou convenção coletiva, além de todas as outras atividades típicas de gestão e fiscalização de contratos”. E arrematou o Sesi/SP: “O certame teve ampla divulgação, conforme prática adotada na Entidade, com publicação em jornal de grande circulação (O Estado de São Paulo), Diário Oficial da União, site da entidade e quadro de avisos. Dessa forma, 31 empresas retiraram o edital e 28 participaram do certame. Não houve quaisquer questionamentos, erratas ou avisos e, mais importante, não houve impugnação ao Edital. O certame transcorreu regularmente, com ampla competitividade – quantidade de empresas participantes, quantidade de lances, redução dos valores em relação ao início da disputa, em relação aos valores propostos antes da fase de lances e em relação aos valores estimados”, além do que “a contratação tem como essência a prestação de serviços de terceirização, ou seja, cessão de mão de

obra em regime de dedicação exclusiva, sendo essa a expertise da empresa, e não cada um dos serviços”. Ao apreciar as justificativas apresentadas pela entidade, a unidade técnica considerou “razoáveis as premissas que levaram ao critério de parcelamento do objeto adotado pelo Sesi/SP no Pregão Eletrônico 7/2018, mormente por se tratar de serviços não especializados – para os quais, em regra, deve ser evitado o parcelamento, em vista do disposto no item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário – e por envolverem materiais de baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó, etc.”. Ao acolher o entendimento da unidade instrutiva, o relator aduziu as seguintes razões: “(i) mais de trinta licitantes teriam participado em cada um dos três lotes integrantes do Pregão Eletrônico 7/2018, evidenciando a satisfatória competitividade no certame; (ii) a soma dos valores nas três propostas vencedoras teria alcançado o montante de R\$ 33.500,00 ao mês (Peça 20), ao passo que a contratação teria o valor estimado de R\$ 35.799,51 ao mês, correspondendo ao desconto na ordem de 6,42% em benefício do Sesi-SP; (iii) a ausência de parcelamento do objeto teria restado justificada em face da baixa complexidade dos serviços não especializados, além dos materiais com baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó etc., em linha com o precedente fixado pelo item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013 prolatado pelo Plenário do TCU na seguinte linha: (...) 9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática”. O colegiado anuiu ao entendimento do relator. [Grifou-se]. Acórdão 10049/2018 Segunda Câmara, Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho. Elaboração: Diretoria de Jurisprudência – Secretaria das Sessões”.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De maneira geral, não haverá contratações correlacionadas ou interdependentes com o objeto desta, haja vista que a prestação do serviço de limpeza e conservação predial depende apenas da disponibilização de pessoal, materiais e dos uniformes e EPI's de responsabilidade da própria contratada.

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

As instituições e órgãos da Administração Pública Federal têm o dever de alinhar suas propostas de contratação com seus planos organizacionais, o que evita contratações desalinhadas com os objetivos estabelecidos e gastos em iniciativas poucas produtivas para a organização. Por isso que os órgãos da administração pública federal devem ter planos institucionais que demonstrem quais são os seus objetivos, metas e iniciativas que desejam desenvolver no médio prazo, pois estes servirão de base para as contratações realizadas pelos departamentos de administração predial e logística, principalmente voltada aos serviços de apoio administrativo e serviços auxiliares.

O alinhamento da presente proposta de contratação foi realizado em estrita consonância com o **Planejamento Estratégico do MAPA** e com os instrumentos de orçamento do Governo Federal (**PPA, LDO e LOA**). Nesse sentido, o serviço de limpeza e conservação objeto deste encontra devidamente previsto e alinhado ao **Plano Diretor de Logística Sustentável - PDLS (Doc. SEI 50957196)** desta SFA/RR, uma vez que estabelece diretrizes objetivas de ecoeficiência.

O atual planejamento estratégico do MAPA encontra-se disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/planejamento-estrategico>:

O desempenho dos macroprocessos relacionados aos objetivos estratégicos definidos será satisfatório desde que sejam executadas as atribuições institucionais do MAPA, as quais foram divididas em grupos, conforme as atribuições regimentais dos diversos departamentos, secretarias e instituições vinculadas ao MAPA, conforme demonstrado abaixo:

Compras.gov.br SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA (13009)

Elaboração de DFDs Consolidação das demandas Formação da PCA Aprovação da PCA

Selecione o contexto do PCA: PCA 2026 - Em Execução Termo a ser pesquisado: Pesquisar pelos termos digitados, a partir de 3 caracteres

Aguardando Aprovação Aprobadas Reprovadas

Relação das contratações (38)

13009-43/2026 APROVADA	Título: Serviços de limpeza e conservação	Categoria: Serviços	UASG atual: 130093	Valor: R\$ 22.404,50	Início: 07/03/2026	Concluído: 02/12/2026	Situação: Preparação	
13009-40/2026 APROVADA	Título: serviços de manutenção predial e revit.	Categoria: Serviços	UASG atual: 130093	Valor: R\$ 1.000.000,00	Início: 06/03/2026	Concluído: 22/12/2026	Situação: Aprobada	
13009-41/2026 APROVADA	Título: Material Gráfico	Categoria: Serviços	UASG atual: 130093	Valor: R\$ 24.000,00	Início: 20/02/2026	Concluído: 30/12/2026	Situação: Aprobada	
13009-40/2026 APROVADA	Título: Serviço de destinação	Categoria: Serviços	UASG atual: 130093	Valor: R\$ 24.800,00	Início: 13/03/2026	Concluído: 14/12/2026	Situação: Aprobada	

BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Pretende-se com a contratação:

Manter a salubridade dos prédios desta Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Roraima - SFA-RR, e os postos das unidades nos municípios de Pacaraima e Bonfim, através dos serviços de limpeza;

Otimização da força de trabalho desta SFA-RR tanto na gestão quanto fiscalização de contratos.

Atendimento a todos os preceitos legais vigentes.

Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para esta instituição.

Garantir a boa execução dos serviços de limpeza e higienização, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Pela natureza e continuidade da contratação já existente, vislumbra-se que não haverá necessidade de adequação do ambiente para a nova contratação; no entanto, importa destacar as possíveis adequações necessárias:

Capacitação anual de servidores para fiscalização dos serviços contratados;

Conscientização do público interno usuários dos serviços contratados, quanto ao uso racional dos insumos e preservação do patrimônio público;

Reunião semestral com os fiscais de contrato e preposto da contratada para revisão dos serviços e insumos contratados, afim de readequar as demandas conforme as necessidades para garantir a continuidade da vantajosidade contratual.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

De acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, a empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme parâmetros do Decreto estadual nº 48.138, de 8/10/2003, do Estado de São Paulo;

observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento

fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.

Ainda segundo do Guia, deverá ser inserido no TERMO DE REFERÊNCIA - item de obrigações da contratada:

“nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.”

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.”

Os funcionários da contratada também deverão ser orientados a colaborar, de forma efetiva, na informação de ocorrências para manutenção constante das instalações, tais como:

Vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório e chuveiros;

Saboneteiras e toalheiros quebrados;

Lâmpadas queimadas ou piscando;

Luzes de postes e refletores ligadas durante o dia;

Tomadas e espelhos soltos;

Fios desencapados;

Janelas, fechaduras ou vidros quebrados, entre outras;

Necessidade de reparo/manutenção nos equipamentos.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

Com base no que foi disposto neste Estudo e certificando que o mesmo traz o conteúdo previsto no art. 7º da IN ME 40/2020, justificamos a viabilidade da contratação.

RESPONSÁVEIS

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

* MINUTA DE DOCUMENTO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA
EMPRESA [DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA]

A União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA NO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Av. Santos Dumont, 594, São Pedro, Boa Vista - RR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.396.895/0035-74, neste ato representada pelo Subsecretário de Planejamento e Administração, Sr. **FERNANDO MAGALHÃES SOARES PINTO**, Subsecretário de Orçamento, Planejamento e Administração, nomeado pela Portaria Casa Civil/PR nº. 1.756/2023, de 23 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 38, de 24 de fevereiro de 2023, no uso das atribuições prevista no art. 12, inciso III do Decreto nº 11.332, de 1ª de janeiro de 2023, e delegadas através do art. 2ª, inciso III da Portaria MAPA nº 557/2023, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), mediante documentação do representante apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº. 21048.000007/2025-11 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXXX/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

17. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

17.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de higienização, limpeza, conservação e asseio nas áreas internas, externas e esquadrias, serviço de roçagem, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e produtos, equipamentos de segurança, ferramentas e utensílios inerentes aos serviços, com execução mediante regime de empreitada global, a serem executados nas dependências da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Roraima - SFA-RR, município de Boa Vista, e os postos das unidades nos municípios de Pacaraima e Bonfim., nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

17.2. Objeto da contratação:

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Grupo	Item	Descrição	Unidade de medida.	Quant.	Valor unitário mês R\$	Valor mensal (R\$)	Valor Total Ano R\$
	01	Prestação de Serviço - Auxiliar de Limpeza 40h - Boa Vista/RR - CBO 5143-20	Posto	6	R\$ -	R\$ -	R\$ -
01	02	Prestação de Serviço - Encarregado de Limpeza 40h - Boa Vista/RR - CBO 5143-15	Posto	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	03	Prestação de Serviço - Operador de Roçadeira 40h - Boa Vista/RR - CBO 6220-20	Posto	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	04	Prestação de Serviço - Auxiliar de Limpeza 40h - Pacaraima/RR - CBO 5143-20	Posto	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	05	Prestação de Serviço - Auxiliar de Limpeza 40h - Bonfim/RR - CBO 5143-20	Posto	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Total estimado da contratação			R\$ -	R\$ -	R\$ -

17.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 17.3.1. O Termo de Referência;
- 17.3.2. O Edital da Licitação;
- 17.3.3. A Proposta do contratado;
- 17.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

18. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

18.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, desde que haja autorização competente e observados os seguintes requisitos, conforme art. 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

18.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 18.2.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 18.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 18.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 18.2.4. Haja manifestação expressa da contratação informando o interesse na prorrogação;
- 18.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;

- 18.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN).
- 18.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 18.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 18.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou reduzidos ou eliminados como condições para renovação.
- 18.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contrato tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 18.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
19. **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**
- 19.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este CONTRATO.
20. **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**
- 20.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este CONTRATO.
21. **CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**
- 21.1. O valor total de R\$(.....).
- 21.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 21.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
22. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**
- 22.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo a este CONTRATO..
23. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**
- 23.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este CONTRATO.
24. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**
- 24.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 24.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 24.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 24.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 24.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 24.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 24.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo forma e condições estabelecidos no presente CONTRATO e no Termo de Referência.
- 24.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na Lei e neste CONTRATO;
- 24.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como, art. 48, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 24.1.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 24.1.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- 24.1.8.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- 24.1.8.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 24.1.8.5. Demandar a funcionário do contratado a execução de tarefa fora do escopo do objeto da contratação;
- 24.1.8.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 24.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATO;
- 24.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 24.1.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 24.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 24.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 24.2. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)
- 24.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do CONTRATO, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
25. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**
- 25.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste CONTRATO e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda as obrigações a seguir disposta:

- 25.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informações por eles solicitados;
- 25.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 25.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 25.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documento:
- 25.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 25.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 25.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 25.5.4. certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
 - 25.5.5. certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
- 25.6. Responsabiliza-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;
- 25.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 25.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 25.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 25.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargo prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 25.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 25.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 25.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 25.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 25.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 25.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 25.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 25.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 25.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;
- 25.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 25.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 25.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condições de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 25.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividade constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho 2008;
- 25.24. Receber de dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 25.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 25.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 25.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 25.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 25.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 25.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúdes, segurança e bem-estar no trabalho;
- 25.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC). quando for o caso;
- 25.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do CONTRATO;
- 25.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 25.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas de Administração;
- 25.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

- 25.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, no termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 25.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-lo com Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 25.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 25.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o valor-transporte;
- 25.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalho, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 25.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas a realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e da FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 25.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 25.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 25.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6,719, 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitosas e humanizadas no ambiente laboral;
- 25.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 25.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 25.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 25.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 25.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 25.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas e eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 25.50. Anteder às solicitações do CONTRATANTE quando à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Contrato;
- 25.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 25.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 25.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todas os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 25.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extrato de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 25.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no §5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 25.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no §5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 25.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovação de entrega e recebimento, comunicado a assinatura do contrato de prestação de serviço mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 25.56. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

26. CLÁUSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

26.1. A compensação da jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este contrato.

27. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRO - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

27.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

27.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

27.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

27.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5(cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

27.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

- 27.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 27.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância
- 27.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 27.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 27.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantido em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamento realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 27.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 27.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 27.12. Os contratos e convênios de que trata o §1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.
28. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 28.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constante do Termo de Referência.
29. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 29.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este CONTRATO.
30. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**
- 30.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 30.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de crédito orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 30.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 30.4. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 30.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no, art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 30.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.
- 30.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 30.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 30.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 30.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 30.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 30.9.3. Das indenizações e multas.
- 30.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 30.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 30.12. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize seus obrigações trabalhistas ou seus condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 30.13. Quando da extinção, o final administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 30.14. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá;
- 30.14.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, dos termos da legislação que rege a matéria; e
- 30.14.2. os valores das Notas Fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ou inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 30.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.
- 30.16. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 30.16.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 30.16.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízo causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 30.17. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 30.18. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a

Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

31. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

31.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

31.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

31.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

31.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

31.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

32. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

32.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 130093 SFA-RR.

Fonte: 010000000.

Elemento de Despesa: 33.90.37.

Plano de Trabalho:

PI 168986 - PCEANIMAIS;

PI 168953 - OPERASFASS;

PI 188732 - VIGIAGRORO;

PI 168981 - GERENSDV;

PI 108034 - BACTROCERAA

32.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

33. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

33.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

34. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

34.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao caput, do art. 91, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao §2º, art. 8º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c inciso V, §3º, art. 7, do Decreto nº 7.724, de 2012

35. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

35.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Roraima, Seção Judiciária de Boa Vista para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021

NOME COMPLETO Representante da Contratante	NOM Representante
---	----------------------

TESTEMUNHAS:

NOME COMPLETO Representante da Contratante	NOM Representante
---	----------------------

Elaborado por:

Francisco Cordeiro de Azevedo
Chefe da Divisão de Aquisição e Logística - DIAL/SFA-RR

Aprovado por:

NAICON RODRIGUES DE ARAÚJO
Superintendente Federal de Agricultura e Pecuária de Roraima



Documento assinado eletronicamente por **MARLENE PEREIRA MIRANDA, Pregoeiro(a)**, em 25/06/2026, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **53868083** e o código CRC **D24835EC**.

Referência: Processo nº 21048.000043/2026-66

SEI nº 53868083